



GABRIELA MARIA BADARÓ ABRANTES

## **ADOÇÃO INTERNACIONAL E O SISTEMA BRASILEIRO**

Monografia apresentada como requisito  
para conclusão do curso de bacharelado  
em Direito do Centro Universitário de  
Brasília – UNICEUB.

Orientador: Prof. André P. Gontijo

BRASÍLIA - DF

2013

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>04</b>
 <b>1. NECESSIDADE DE UNIFICACAO DA ADOCAO INTERNACIONAL .....</b>	<b>06</b>
1.1 Adoção no Direito Internacional Privado: As Convenções de Haia de 1965 e 1993 .....	06
1.1.2 Convenção de Haia de 1993 .....	07
1.1.3 Convenção de Haia de La paz de 1984 .....	08
1.2 Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Crianças de 1990 ...	09
1.3 Convenção Relativa à proteção das crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional – Haia 1993 .....	10
 <b>2. INTERESSE SUPERIOR DA CRIANCA E A PROTECAO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>17</b>
2.1 Doutrina da Proteção Integral .....	17
2.2 Convenção de Proteção a Criança de 1989 .....	22
2.3 Convenção Interamericana sobre conflitos de leis em matéria de adoção de menores – 1984 .....	27
2.4 Pacto de San Jose .....	30
2.5 Jurisprudências .....	31
 <b>3. A SEGURANCA JURIDICA E A DIGNIDADE DA CRIANCA NA ADOCAO INTERNACIONAL .....</b>	<b>33</b>
3.1 Dignidade do adotando/abrigos .....	33
3.2 Estatuto da Criança e do Adolescente e a Nova Lei da Adoção 12010/09	34
3.3 Adoção Nacional x Adoção Internacional .....	41
3.4 Praticas Ilegais de Adoção Internacional de Menores .....	44
3.4.1 Trafico de menores .....	45
3.4.2 Convenção Interamericana sobre o trafico internacional de menores, Decreto 2740/1998 .....	47
 <b>CONCLUSAO .....</b>	<b>49</b>
 <b>REFERENCIAS .....</b>	<b>51</b>

## RESUMO

Relatório Monográfico de Pesquisa no âmbito do direito Civil e Internacional Privado, cujo objetivo é analisar a adoção internacional vislumbrando o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Nova Lei de Adoção, se tratando do sistema brasileiro, perante as convenções internacionais, pactos e tratados. Por meio da pesquisa expositiva descritiva e da técnica bibliográfica, sistematizou-se a doutrina jurídica, a fim de estudar nesse contexto as principais características das convenções internacionais de Haia, das Nações Unidas, de proteção à criança, Interamericana e o Pacto de San Jose. Relata-se sobre a dignidade do adotando e a doutrina da proteção Integral, diferencia-se a Adoção internacional da Nacional e a proteção das crianças e adolescentes no âmbito do direito internacional, tais as praticas ilegais de Adoção Internacional de menores e o tráfico internacional. O trabalho monográfico também aborda posicionamentos positivos e negativos doutrinários e jurisprudências sobre o assunto.

Palavras Chaves: Adoção Internacional. Convenção de Haia. Doutrina Proteção Integral. Estatuto da Criança e do Adolescente. Praticas Ilegais.

## INTRODUÇÃO

A presente monografia tem por objetivo analisar a adoção internacional de uma forma esclarecedora tendo como ponto de partida o direito internacional privado, sem tirar o foco do interesse superior da criança e a proteção dos direitos fundamentais no cenário mundial e brasileiro, levando em consideração a segurança jurídica e o Estatuto da Criança e do Adolescente dentre outros.

Quanto à metodologia de abordagem usada na pesquisa, foi predominantemente expositiva descritiva baseada no levantamento e discussão sobre os textos normativos, posto a ausência de referências doutrinárias. Outrossim, a técnica utilizada é bibliográfica, na medida em que foi um estudo através de pesquisas em livros e artigos para averiguar os estudos já realizados a respeito do tema proposto, e ainda, leis e jurisprudências.

Diante da matéria escolhida, vale dizer que o tema proposto possui grande relevância social e jurídica, pois se trata de crianças que necessitam de regulamentos que garantam os seus direitos e proteção. A adoção internacional aponta oferecer ao menor o amparo moral, afetivo e material necessário para sua boa formação como cidadão.

A fim de facilitar a compreensão do trabalho ora apresentado, foram esquematizados três capítulos: inicialmente, dentre as várias convenções, algumas foram relatadas e descritas, dentre elas: as Convenções de Haia, a Convenção das Nações unidas sobre o Direito das crianças, e a Convenção relativa à proteção das crianças e a cooperação em matéria de adoção internacional.

No segundo capítulo, será tratado o interesse superior da criança levando sempre em consideração a proteção dos direitos fundamentais. Dentro de uma perspectiva histórica, é relevante ressaltar a postura assumida do Brasil, no ano de 1988, visando o artigo 227 da Constituição Federal, com a escolha de seguir a Doutrina da Proteção Integral<sup>1</sup> que é vista como pressuposto para proteção do

---

<sup>1</sup> Significado: A Doutrina da Proteção Integral significa um grande avanço na formulação de políticas públicas. As crianças e os adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos, para quem deve ser respeitada a condição peculiar de ser humano em desenvolvimento. Na prática, isso exige de cada um dos cidadãos, do poder público e da sociedade que coloquem crianças e adolescentes como prioridade de suas ações e

direito da criança. Ou seja, basicamente, é botando os direitos das crianças e adolescentes brasileiros a frente de suas ações e preocupações. Em um segundo momento deste capítulo, será abordada a Convenção de proteção à criança de 1989 que foi elaborada de acordo com a necessária proteção e garantia dos direitos das crianças, anterior ou posterior ao nascimento e a Convenção interamericana sobre conflitos de leis em matéria de adoção de menores de 1984 composta por 29 artigos e que trata privativamente sobre adoção, finalizando com um breve relato sobre o Pacto de San Jose, um dos pactos mais importantes já feitos, composto por 89 artigos.

Já no terceiro capítulo, caminhando para o fim do trabalho monográfico, faz-se alusão à segurança jurídica dos menores adotados, abordando o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Nova Lei de adoção como a base para tanto. Em seguida, abordamos as pertinências da adoção internacional e da nacional na legislação brasileira, bem como suas diferenças e conceitos. A adoção internacional é aquela na qual a pessoa ou casal postulante é residente ou domiciliado fora do Brasil e depois de esgotadas todas as possibilidades de sua adoção por alguma família brasileira. Na adoção nacional, a idade dos adotantes é estabelecida pelo ECA, no artigo 42. Anteriormente, a idade mínima do adotante era de vinte e um anos. Porém, em 2009, com a promulgação da lei 12.010 (Nova Lei de Adoção), a idade exigida passou a ser de dezoito anos, independentemente do estado civil. No caso de adoção por ambos os cônjuges, ao menos um deve ser maior de idade e devem ter estabilidade de união 30. Não obstante, os dois devem comprovar aptidão e condições de propiciar ambiente saudável para criação de menor, como por exemplo, possibilidade de lazer e educação.

Por fim, trazemos ao trabalho a problemática das praticas ilegais de adoção, ainda neste âmbito, sobre o tráfico de crianças e a preocupação com o assunto na Convenção Interamericana Sobre o Trafico Internacional de menores.

## 1. NECESSIDADE DE UNIFICAÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL

Diante da complexidade da adoção internacional, e da distinção de normas internas entre os países, Vera Maria Jutahy explica que é fundamental que haja um acordo entre os países, por meio de uma convenção, regulando o assunto e sendo adjudicado entre os países<sup>2</sup>.

Portanto, é inevitável uma anuência geral que regule o instituto para que não haja disparidade entre as leis envolvidas.

A Organização das Nações Unidas em consonância com os países estabeleceram uma série de convenção em relação ao assunto, não obstante, também regulamentaram questões relativas ao tráfico de criança e ao tráfico de órgãos. Exemplo disso é a Convenção Interamericana de Leis em Matéria de Adoção de Menores, realizada em La Paz no ano de 1984, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças no ano de 1990, e, por fim, a Convenção Interamericana sobre o Tráfico Internacional de Menores, na Cidade do México, em 1994.

Felizmente, a Convenção de Haia, assim como outros acordos, nos aproxima da necessidade. Além de regular a matéria da adoção de crianças, norteia os assuntos referentes à proteção do menor e seu melhor interesse.

### 1.1 Adoção no Direito Internacional Privado: as Convenções de Haia de 1965 e 1993

A adoção de crianças por estrangeiros apareceu efetivamente após o fim da Segunda Guerra Mundial. Terminado o conflito, surgiu um grande número de crianças órfãs provenientes da Alemanha, Itália, Grécia, Japão, China e outros países prejudicados pela guerra<sup>3</sup>.

Com isso, deu-se início à adoção dessas crianças por estrangeiros residentes nos países envolvidos no conflito, como Estados Unidos, Inglaterra e países do Norte Europeu, que encontraram na adoção o melhor caminho para solucionar o drama dessas crianças vítimas das destruições da guerra<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup>BARREIRA, Vera Maria Jutahy. *Adoção Internacional, direito comparado e normas estatutárias*: Estudos jurídicos-sociais. Rio de Janeiro: Renovar, 1992. p. 205.

<sup>3</sup> COSTA, Tarcísio José Martins. *Adoção Transnacional – Um Estudo Sócio-Jurídico e Comparativo da Legislação Atual*. Belo Horizonte. Del Rey: 1998, *op. cit.*, pág 44.

<sup>4</sup>COSTA, Tarcísio José Martins. *Adoção Transnacional – Um Estudo Sócio-Jurídico e Comparativo da Legislação Atual*. Belo Horizonte. Del Rey: 1998, *op. cit.*, pág 44.

### 1.1.2 Síntese da Convenção de Haia de 1965 e de 1993

Diante do crescente número de adoções entre países, feitas sem a básica regulamentação do Instituto, foi realizada, em outubro de 1965, na cidade de Haia, a Conferência sobre a adoção internacional. Essa Conferência deu origem a Convenção de Haia cujo foco principal, além do debate sobre a lei aplicável, a jurisdição e o reconhecimento em relação ao instituto da adoção, foi regular as relações de adoção entre pessoas domiciliadas em países europeus devido ao grande número de adoções em meio aos países prejudicados pela II Guerra, como cita Wilson Donizete Liberati<sup>5</sup>.

Apesar de o número pequeno de adesões, foi após essa Convenção que se iniciou a grande polêmica sobre a necessidade de regulamentação do tema. No tocante à capacidade de efetivar a adoção, ficou estabelecido que a lei aplicada é a de residência do adotante.

Em 1993, a Convenção de Haia<sup>6</sup> regulou a inserção de menores em famílias substitutas de outros países, apresenta a supremacia do melhor interesse da criança, sempre considerando seus direitos básicos<sup>7</sup>.

Esta Convenção estabelece que:

“a) estabelecer garantias para que as adoções internacionais sejam feitas segundo o interesse superior da criança e com respeito aos direitos fundamentais que lhe conhece o direito internacional; b) instaurar um sistema de cooperação entre os Estados Contratantes que assegure o respeito às mencionadas garantias e, em consequência, previna o sequestro, a venda ou o tráfico de crianças; c) assegurar o reconhecimento nos Estados Contratantes das adoções realizadas segundo a Convenção<sup>8</sup>.”

Tarcísio Martins lesiona:

---

<sup>5</sup> LIBERATI, Wilson Donizeti, *Adoção Internacional*. São Paulo: Malheiros Editores, 1995, pág 32

<sup>6</sup> Relação dos países que aderiram e ratificaram a convenção: Brasil, Polônia, Sri-Lanka, Romênia, México, Chipre, Espanha, Equador, Perú, Costa Rica, Venezuela, Filipinas, Canadá, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Noruega, Holanda, França, Colômbia, Austrália, Israel, El Salvador, Chile, Panamá, Áustria, Itália e República Tcheca, entre outros.

<sup>7</sup> CONVENÇÃO DE HAIA DE 29 DE MAIO DE 1993. Disponível em: [http://www.tjpe.jus.br/coordvinf/arquivos/convencao\\_haia.pdf](http://www.tjpe.jus.br/coordvinf/arquivos/convencao_haia.pdf). Acesso em: 09/04/2013.

<sup>8</sup> Ibidem.

“A Convenção de Haia (...), de 29 de maio de 1993, pode ser considerada a primeira Convenção verdadeiramente internacional a regular a adoção, instituto que há muito ultrapassou as fronteiras regionais, para tornar-se um fenômeno de efetivo interesse mundial. O importante instrumento veio, indubitavelmente, ampliar e complementar a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989 (...).”

Basicamente, a Convenção intenta fazer as adoções regulares. Vale ressaltar também, que ela instituiu o princípio da excepcionalidade, estipulou que a adoção transnacional só deve ocorrer depois de tentativas fracassadas no âmbito nacional<sup>9</sup>.

Além desse princípio, ela sustenta que os adotantes devem comparecer à Autoridade Central de seu país e após serem avaliados, elabora-se um relatório que é enviado à Autoridade Central do país do adotando, onde eles avaliaram se o a aptidão do menor para ser adotado<sup>10</sup>.

### 1.1.3 Síntese da Convenção de La Paz de 1984

Devido à globalização, as desigualdades sociais e a baixa renda, os países da América Latina tornaram-se provedores de crianças para adoção. Diante da falta de regulamentação interna relativa à adoção desses países, a Organização dos Estados Americanos<sup>11</sup> - OEA - promoveu a “3ª Conferência Interamericana de Direito Internacional Privado” com o objetivo de regulamentar a adoção internacional como forma de proteger as crianças e garantir uma adoção eficaz.

---

<sup>9</sup>Ibidem.

<sup>10</sup>Ibidem.

<sup>11</sup>A Organização dos Estados Americanos é o mais antigo organismo regional do mundo. A sua origem remonta à Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C., de outubro de 1889 a abril de 1890. Esta reunião resultou na criação da União Internacional das Repúblicas Americanas, e começou a se tecer uma rede de disposições e instituições, dando início ao que ficará conhecido como “Sistema Interamericano”, o mais antigo sistema institucional internacional. A OEA foi fundada em 1948 com a assinatura, em Bogotá, Colômbia, da Carta da OEA que entrou em vigor em dezembro de 1951. Posteriormente, a Carta foi emendada pelo Protocolo de Buenos Aires, assinado em 1967 e que entrou em vigor em fevereiro de 1970; pelo Protocolo de Cartagena das Índias, assinado em 1985 e que entrou em vigor em 1988; pelo Protocolo de Manágua, assinado em 1993 e que entrou em vigor em janeiro de 1996; e pelo Protocolo de Washington, assinado em 1992 e que entrou em vigor em setembro de 1997.



Como consequência houve a adesão à “Convenção Interamericana Sobre Conflitos de Leis em Matéria de Adoção de Menores” <sup>12</sup> promulgada na cidade de La Paz<sup>13</sup>.

Ao contrário da Convenção de Haia de 1965, a de “La Paz” traz uma inovação para a matéria, determinando que a responsabilidade pela execução da adoção é da autoridade responsável do domicílio do adotando, além de dar início à preocupação com o interesse superior do menor.<sup>14</sup>

## 1.2 Síntese da Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos da Criança de 1990

Com a intenção de evidenciar, no meio internacional, os direitos dos menores e intentando sua valorização, a Organização das Nações Unidas – ONU - promulgou, em 20 de novembro de 1989, a “Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança” <sup>15</sup>, vinculando juridicamente todos os Estados Parte<sup>16</sup>.

Buscando uma melhor compreensão do propósito desta Convenção, é importante citar trechos de seu preâmbulo:

“Recordando que na Declaração Universal dos Direitos Humanos as Nações Unidas proclamaram que a infância tem direito a cuidados e assistência especiais;

Convencidos de que a família, como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e assistência necessárias a fim de poder assumir

<sup>12</sup> BRASIL. Decreto Lei nº 60 de 1996 que promulga a Convenção Interamericana Sobre Conflitos de Leis em Matéria de Adoção de Menores. Disponível em: [http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao\\_infancia\\_juventude/legislacao\\_geral/leg\\_geral\\_internacional/CONVEN%C3%87%C3%83O%20INTERAMERICANA%20SOBRE%20CONFLITOS%20DE%20LEIS%20EM%20MAT%C3%89RIA%20D.htm](http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_infancia_juventude/legislacao_geral/leg_geral_internacional/CONVEN%C3%87%C3%83O%20INTERAMERICANA%20SOBRE%20CONFLITOS%20DE%20LEIS%20EM%20MAT%C3%89RIA%20D.htm). Acesso em: 11 de novembro de 2012

<sup>13</sup> Esta Convenção foi assinada por: Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Haiti, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, porém só foi aprovada por México, Colômbia, Panamá, Chile, Brasil e Belize. Aprovada no Brasil pelo Decreto Nº 2.429, de 17 de dezembro de 1997

<sup>14</sup> BRASIL. Notícia sobre a Nova Convenção de Haia sobre Adoção Internacional: Perspectiva de Cooperação Internacional e Proteção dos Direitos das Crianças. Site do Ministério Público do Paraná. Disponível em: [http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/telas/ca\\_igualdade\\_7\\_2\\_1.php](http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/telas/ca_igualdade_7_2_1.php). Acesso em: 11 de novembro de 2012.

<sup>15</sup> A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança entrou em vigor em 2 de setembro de 1990 e foi ratificada pela quase totalidade dos estados membros das Nações Unidas, com exceção de Estados Unidos da América e Somália. No Brasil, entrou em vigor em novembro do mesmo ano, pelo Decreto Lei 99.710.

<sup>16</sup> COSTA, Tarcísio José Martins. *op. cit.*, pág. 187.

plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade; Reconhecendo que a criança, para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade, deve crescer no seio da família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão; Considerando que a criança deve estar plenamente preparada para uma vida independente na sociedade e deve ser educada de acordo com os ideais proclamados na carta das Nações Unidas, especialmente com espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade”<sup>17</sup>

Como se observa, o preâmbulo enfatiza os principais objetivos elencados nas Convenções anteriores quanto ao amparo dos menores. Relembra suas garantias e prerrogativas legais e regula, finalmente, a importância da cooperação mundial para uma melhor condição de vida dos menores e adolescentes nos Estados Parte<sup>18</sup>.

### **1.3 A Convenção Relativa à Proteção e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional - Convenção de Haia de 1993**

Como especificado na Constituição Federal, artigo 227, é direito fundamental da criança fazer parte de uma família, se possível, biológica. Entretanto, em diversos casos, como o de orfandade ou abandono, esta criança pode ser posta no seio de uma família adotiva. Nos termos das legislações protetivas das crianças, deve ser dar a oportunidade de adoção por uma família que reside no mesmo país da criança, e em segundo plano, quando isso não for possível, ter-se-á adoção por estrangeiros.

Efetivamente, a adoção internacional é considerada um ato jurídico no qual um indivíduo é permanentemente assumido como filho por uma pessoa ou por um casal de nacionalidade diversa a sua, criando um vínculo fictício de

---

<sup>17</sup>Preâmbulo da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, realizada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20.11.1989. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=134377>. Acesso em: 11 de novembro de 2012.

<sup>18</sup>Preâmbulo da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, realizada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20.11.1989. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=134377>. Acesso em: 11 de novembro de 2012.

paternidade, mas de filiação legítima com direitos e deveres recíprocos que favoreçam o desenvolvimento do adotado<sup>19</sup>.

Vale citar Tarcísio José Martins que a conceitua como:

“uma instituição jurídica de proteção e integração familiar de crianças e adolescentes abandonados ou afastados de sua família de origem, pela qual se estabelece independente de fato natural da procriação, um vínculo de paternidade e filiação entre pessoas radicadas em distintos Estados”<sup>20</sup>.

Maria Helena Diniz traz o conceito de adoção<sup>21</sup> baseando-se em outros doutrinadores, como Silvio Rodrigues, no qual define a adoção como:

“ato jurídico solene pelo qual, observados os requisitos legais, alguém estabelece, independente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo para sua família, na condição de filho, pessoa que, em geral, lhe é estranha”<sup>22</sup>.

No âmbito do Direito Internacional, em 1993, foi ajustado em Haia, a Convenção Relativa à Proteção e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional<sup>23</sup>, ou popularmente conhecida, como Convenção de Haia de 1993. Foi estabelecido o princípio da subsidiariedade, ou seja, na adoção internacional o menor só será adotado por família estrangeira se as opções no país de origem estiverem esgotadas<sup>24</sup>.

Este acordo foi muito significativo e o que mais trouxe mudanças no instituto da adoção internacional, inclusive no Brasil. A Convenção foi realizada em

<sup>19</sup> RODRIGUES, Silvio. *Direito civil: direito de família*. 27. ed. atual. por Francisco José Cahali, com anotações ao Novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10-1-2002). São Paulo: Saraiva, 2002. 6 v.

<sup>20</sup> COSTA, Tarcísio José Martins. *Adoção Transnacional: um estudo sociojurídico e comparativo da legislação atual*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. p. 55

<sup>21</sup> DINIZ, Maria Helena. *Direito Civil Brasileiro. Direito de Família*. 21 ed, São Paulo: Saraiva, 2006. p. 498

<sup>22</sup> RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil: Direito de Família*. São Paulo: Saraiva, 1980. p. 333

<sup>23</sup> BRASIL. Decreto Lei 3087/1999 que Promulga a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm) . Acesso em: 04 de novembro de 2012.

<sup>24</sup> BRASIL. Artigo 4º, alínea “b” do Decreto Lei 3087/1999 que Promulga a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm) . Acesso em: 04 de novembro de 2012.

29 de maio de 1993, em Haia, na Holanda, onde se concluiu a “17ª Conferência de Direito Internacional”. Foi estabelecido como objetivo maior evitar o tráfico/sequestro internacional de menores e, assim, determinar meios para a proteção do interesse maior da criança<sup>25</sup>.

Essa Convenção foi o recurso primordial criado para regulamentar a adoção por estrangeiros, que representava preocupação mundial com o tema<sup>26</sup>. Em suma, seu objetivo foi instaurar uma sistemática de cooperação entre Estados de procedência e acolhimento do adotando, impondo diversos encargos entre esses países, visando sempre o interesse do menor, a fim de garantir a legitimação das adoções internacionais entre ambas as nações contratantes<sup>27</sup>.

No momento em que a Conferência de Haia foi acordada, havia grande necessidade de se obter um meio de trabalho internacional voltado à salvaguarda e garantia da execução dos direitos das crianças, que foram adotadas por estrangeiros. Objetivo da Conferência de Haia indicou ter sido alcançado quase no seu total<sup>28</sup>.

De acordo com Luiz Carlos Figueirêdo, tal objetivo foi atingido em virtude de a “experiência ímpar no campo das relações internacionais” se relacionar com assuntos “consensuais e exclusão do [sic] disensos [sic] graves, de fórmulas redacionais alternativas que contemplam os interesses conflitantes dos países,” assim como ceder oportunidades para os Estados que não fazem parte da Convenção (como foi com o Brasil enquanto era acordado os objetos da mesma), porém, que tem prática com o referido tema para fazer parte das assembleias como Estados “ad hoc”<sup>29</sup>.

O preâmbulo da Convenção traz o desenvolver do menor, estabelecendo que a criança deve crescer em um meio saudável, tendo seus direitos sempre garantidos. Ainda, faz alusão ao direito de ter uma família, garantido pela Constituição Federal do Brasil<sup>30</sup>.

---

<sup>25</sup> GATELLI, João Delciomar – Adoção Internacional: *procedimentos legais utilizados pelos países do Mercosul*. Curitiba: Juruá Editora, 2003. pág. 54.

<sup>26</sup> MONTAGNER, Ângela Christina Boelhauer. AFETIVIDADE SEM FRONTEIRAS. Pag. 73; Brasília, 2009.

<sup>27</sup> Esses objetivos estão explicitados no art. 1 da Convenção de Haia de 1993.

<sup>28</sup> MONTAGNER, Ângela Christina Boelhauer. AFETIVIDADE SEM FRONTEIRAS. Pag. 73; Brasília, 2009

<sup>29</sup> FIGUEIREDO, Luiz Carlos de Barros. ADOÇÃO INTERNACIONAL: doutrina e pratica. Curitiba: Juruá, 2006. P. 48-49

<sup>30</sup> Preâmbulo da Convenção Relativa à Proteção e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional,

Nos artigos 1º ao 3º é disposta a necessidade de uma cooperação entre os países que aderiram a Convenção, para que haja uma eficácia maior na realização das adoções, atentando para que não ocorra nenhuma transação ilegal. Visando essa proteção, garante-se o interesse maior desses menores e assegura-se que haja o reconhecimento dessas adoções pelos Países que efetuaram a adesão à Convenção<sup>31</sup>. A Convenção inicia-se com o objetivo de cooperar com a modernidade da Lei, fazendo sua adaptação em virtude da proximidade entre os países<sup>32</sup>.

No segundo capítulo, os artigos 4º e 5º regulam sobre os quesitos para adotar, sendo reproduzido:

“Artigo 4º. As adoções abrangidas por esta Convenção só podem ter lugar quando as Autoridades competentes no Estado de Origem:

- a) tenham estabelecido que a criança é adotável;
- b) tenham constatado, depois de haver examinado adequadamente as possibilidades de colocação da criança em seu Estado de origem, que uma adoção internacional responde ao interesse superior da criança;
- c) tenham assegurado que:
  1. as pessoas, instituições e autoridade, cujo consentimento se requeira para a adoção, tenham sido convenientemente instruídas e devidamente informadas das consequências de seu consentimento, em particular das consequências relação à manutenção ou à ruptura, em virtude da adoção, dos vínculos jurídicos entre a criança e sua família de origem;
  2. estas pessoas, instituições e autoridades tenham dado seu consentimento livremente, na forma legalmente prevista, e que este consentimento tenha sido manifestado ou constatado por escrito;
  3. os consentimentos não tenham sido obtidos mediante pagamento ou compensação de qualquer espécie e que tais consentimentos, não tenham sido revogados; e
  4. o consentimento da mãe, se ele é exigido, somente foi expresso após o nascimento da criança;
- d) tenham assegurado, observado a idade e o grau de maturidade da criança, que:
  1. tenha sido esta convenientemente instruída e devidamente informada sobre as consequências da adoção e de seu consentimento à adoção, quando este é exigido;
  2. tenham sido tomados em consideração os desejos e as opiniões da criança;

---

realizada na cidade de Haia em 29.05.93. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm). Acesso em 11 de novembro de 2012.

<sup>31</sup> Artigo 1º da Convenção Relativa à Proteção e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional, realizada na cidade de Haia em 29.05.93. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm). Acesso em: 11 de novembro de 2012

<sup>32</sup> LEITE, Eduardo de Oliveira (Coord.) e MARQUES, Claudia Lima – Grandes Temas da Atualidade – Adoção – Aspectos Jurídicos e Metajurídicos. *A Subsidiariedade da Adoção Internacional: Diálogo entre a Convenção de Haia de 1993, o ECA e o Novo Código Civil Brasileiro*. 1ªed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, pág. 59.

3. o consentimento da criança à adoção, quando exigido, tenha sido manifestado ou constatado por escrito;
4. o consentimento não tenha sido obtido mediante pagamento ou compensação de qualquer espécie.”<sup>33</sup>

Já no art. 5º, determina-se que as adoções somente poderão acontecer quando as “Autoridades Centrais” do Estado escolhido confirmarem que os familiares adotivos estão registrados, aptos e foram orientados para tanto.<sup>34</sup>

Em seguida, os arts. 6 ao 13 se referem à necessidade de uma “Autoridade Central” em cada Estado, determinando seus poderes e o dever de cumprir o que está disposto na Convenção, deixando claro seus propósitos. É estabelecido o dever de cooperação entre as Autoridades Centrais para proteger os interesses dos menores, executando, assim, o objeto da Convenção no sentido de auxiliar nas informações sobre as leis do lugar em que o adotante reside, e cumprir os preceitos do acordo internacional.<sup>35</sup> Fica explicitado também a inevitabilidade das mesmas agirem em prol da prevenção de lucros em virtude da adoção.<sup>36</sup> Como, por exemplo, em nosso território nacional, temos a Autoridade Central Federal e as Estaduais,<sup>37</sup> que são denominadas de “Comissões Judiciárias”<sup>38</sup>.

<sup>33</sup> Artigo 4º da Convenção Relativa à Proteção e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional, realizada na cidade de Haia em 29.05.93. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm). Acesso em: 11 de novembro de 2012

<sup>34</sup> Artigo 5º da Convenção Relativa à Proteção e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional, realizada na cidade de Haia em 29.05.93. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm).. Acesso em: 11 de novembro de 2012.

<sup>35</sup> Assim, o art. 7º da Convenção de Haia de 1993: 1. As Autoridades Centrais deverão cooperar entre si e promover a colaboração entre as autoridades competentes de seus respectivos Estados a fim de assegurar a proteção das crianças e alcançar os demais objetivos da Convenção. 2. As Autoridades Centrais tomarão, diretamente, todas as medidas adequadas para: a) fornecer informações sobre a legislação de seus Estados em matéria de adoção e outras informações gerais, tais como estatísticas e formulários padronizados; b) informar-se mutuamente sobre o funcionamento da Convenção e, na medida do possível, remover os obstáculos para sua aplicação.

<sup>36</sup> Artigos 6º ao 13 da Convenção Relativa à Proteção e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional, realizada na cidade de Haia em 29.05.93. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm).. Acesso em: 11 de novembro de 2012.

<sup>37</sup> BRASIL. Artigo 51, § 3º da Nova Lei da Adoção nº 12.010/2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art8](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art8) . Acesso: 09 de novembro de 2012.

<sup>38</sup> BRASIL. Site da Secretaria de Direitos Humanos. Dispõe sobre a adoção internacional e autoridade central. Disponível em: [http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/aut\\_central/adocao](http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/aut_central/adocao). Acesso em: 11 de novembro de 2012.

Como já feito referência, o foco da Convenção de Haia é que as adoções sejam concentradas em um mesmo lugar em cada Estado, com a ajuda de uma Autoridade para outra, por meio do cruzamento de informações<sup>39</sup>. É previsto na Convenção que as Autoridades Centrais transmitam algumas de suas competências para entidades internacionais, devidamente inscritas, no sentido de auxiliar o processo de adoção<sup>40</sup>.

Os arts. 14º ao 22º tratam dos requisitos processuais para a adoção Internacional. A requisição para a efetivação da adoção é feita pelos pais adotivos à “Autoridade Central” do Estado do domicílio do menor. Aqui é disposto o processo perante às “Autoridades Centrais”, para que seja expedido o documento de habilitação de ambas as partes<sup>41</sup>.

Vale ressaltar que essa Convenção é de suma importância para evitar problemas no processo de adoção, como: falsificação de registros; corrupção; coação da família biológica e resultado lucrativo dos intermediários das transações adotivas<sup>42</sup>.

O próximo capítulo será sobre os resultados da adoção, que está previsto nos arts. 23º ao 27º. Evidencia-se que, uma vez confirmada à adoção, torna-se legítimo o vínculo entre o menor e os adotantes para os países contratantes, igualmente o compromisso assumido dos pais de acolhida<sup>43</sup>.

O Capítulo 6, composto pelos arts. 28 a 42 dispõe sobre as regras gerais, tais como: a inexistência de relação entre o adotante e a família do adotando, até o cumprimento dos arts. 4 e 5, exceto quando a adoção é efetivada entre pessoas de uma mesma estirpe. É disposto, ainda, que é legitimado a “Autoridade”

---

<sup>39</sup> MARQUES, Claudia Lima. A subsidiariedade da adoção internacional: um diálogo entre a Convenção de Haia de 1993, o ECA e o Novo Código Civil. In: LEITE, Eduardo de Oliveira (coord.). Rio de Janeiro, 2005 p. 37.

<sup>40</sup> BRASIL. Artigo 9º do Decreto Lei 3087/1999 que Promulga a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm). Acesso em: 11 de novembro de 2012.

<sup>41</sup> Artigos 14 ao 22 da Convenção Relativa à Proteção e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional, realizada na cidade de Haia em 29.05.93. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm). Acesso em: 11 de novembro de 2012.

<sup>42</sup> FIGUEIREDO, Luiz Carlos de Barros. ADOÇÃO INTERNACIONAL: doutrina e pratica. Curitiba: Juruá, 2006. P. 51.

<sup>43</sup> Artigos 23 ao 27 da Convenção Relativa à Proteção e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional, realizada na cidade de Haia em 29.05.93. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm). Acesso em: 11 de novembro de 2012.



encarregada de notificar a “Autoridade Central” se não tiver havido o cumprimento de alguma condição da “Convenção” <sup>44</sup>.

O Capítulo 7º é formado pelos arts. 43º até o 48º, que discorre sobre a parte final do processo. Nele é tratado sobre a anuência, assinatura, denúncia, o dia de sua vigência e homologação do presente feito <sup>45</sup>.

Deste modo, o intuito da Convenção é:

“a) estabelecer garantias para que as adoções internacionais sejam feitas, tendo em vista o interesse superior da criança e com respeito aos direitos fundamentais previstos pelo Direito Internacional; b) instaurar um sistema de cooperação entre os Estados, a fim de assegurar tais garantias e, consequentemente, prevenir contra sequestro, a venda ou o tráfico de crianças; c) uniformizar e tornar seguro o reconhecimento, pelos Estados, das adoções de menores de dezoito anos, com vínculo de filiação e que devam ser deslocados do Estado de origem do adotado ao Estado, onde reside o adotante.” <sup>46</sup>

Assim, o planejado com a “Convenção”, é uma colaboração jurídica e administrativa, em que cada “Autoridade Central” vai impor as regras nacionais para assegurar o bem estar do menor <sup>47</sup>.

Deste modo, o objeto dessa e de outras “Convenções” consiste em impedir o comércio ilegal de menores. O jornal “O Estado de São Paulo”, em 1999, revelou valores cobrados por recém-nascido, em agências norte americanas que intermediam adoções. A reportagem foi citada por Gustavo Ferraz de Campos Mônaco, que concluiu:

“[...] Um bebê da Guatemala chega a custar 17 mil dólares, ao passo que um par de irmãos mexicanos teria o custo de 8 mil dólares. Um bebê brasileiro custa em média 15,5 mil dólares. Em tese o dinheiro serviria para cobrir as despesas processuais, médicas e para

---

<sup>44</sup> Artigos 28 ao 42 da Convenção Relativa à Proteção e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional, realizada na cidade de Haia em 29.05.93. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm) . Acesso em: 11 de novembro de 2012.

<sup>45</sup> Artigos 43 ao 48 da Convenção Relativa à Proteção e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional, realizada na cidade de Haia em 29.05.93. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm) . Acesso em: 11 de novembro de 2012.

<sup>46</sup> PACHECO, José da Silva. Da Adoção Perante o novo Código Civil e as Convenções Internacionais. Informativo COAD – Advocacia Dinâmica. Boletim Semanal nº. 12, ano 24. Expedição 28.03.2004.p.160.

<sup>47</sup> LEITE, Eduardo de Oliveira (Coord.) e MARQUES, Claudia Lima – Grandes Temas da Atualidade – Adoção – Aspectos Jurídicos e Metajurídicos. *A Subsidiariedade da Adoção Internacional: Diálogo entre a Convenção de Haia de 1993, o ECA e o Novo Código Civil Brasileiro*. 1ªed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p.25.



remuneração das agências. Todavia, o governo de Washington estaria investigando, segundo a mesma reportagem, a ocorrência de tráfico de crianças, vez que, em alguns casos, foi cobrado uma *taxa extra* dos pretendentes à adoção, à guisa de pagamento aos pais biológicos e aos intermediários.”<sup>48</sup>

Procedimentos como exigir a concordância dos pais biológicos da criança, como requisito para a eficácia da transação adotiva, atribuíram a esses países a atualização de suas leis nacionais para ficarem em conformidade com as novas diretrizes Convencionais, possibilitando um trato igual do instituto em meio a esses países, visando, sempre, o melhor para o menor e uma segurança jurídica maior da transação<sup>49</sup>.

Resta claro que a “Conferência Internacional de Haia Sobre o Direito Internacional Privado” expõe o anseio de um tratamento imutável entre os menores adotados e a adoção internacional, contando com um vasto número de Países que firmam tais “Convenções”<sup>50</sup>.

Entende-se que ao haver uma regulação invariável das Leis internas de cada País que adota a “Convenção”, o grau de confiabilidade do processo internacional adotivo aumente, resultando-se na melhora da perspectiva de alcançar um lar estrangeiro apto para o adotando viver.

## **2. INTERESSE SUPERIOR DA CRIANÇA E A PROTECAO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

### **2.1 Doutrina da proteção integral**

No Código de Menores, o direito da criança e do adolescente era muito regular apesar da situação irregular dos menores. Hoje, não mais interligado a este código, esses direitos têm como fonte norteadora princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948). São eles: “(i) direitos universais, pois se referem a todas as crianças e adolescentes, sem exceção

<sup>48</sup> MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. Direitos da criança e adoção internacional: *A condição jurídica da criança e do adolescente*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 57-58.

<sup>49</sup> FIGUEIREDO, Luiz Carlos de Barros. ADOÇÃO INTERNACIONAL: doutrina e pratica. Curitiba: Juruá, 2006. P. 53.

<sup>50</sup> NAZO, GeorgetteNacarato – Adoção Internacional: Valor e Importância das Convenções Internacionais Vigentes no Brasil. São Paulo: Revista da Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, 1997, v.92, p.316.

alguma; (ii) são direitos indivisíveis, pois não podem ser aplicados de forma parcial. Daí esta doutrina ser conhecida como Doutrina da Proteção Integral.”<sup>51</sup>

“Ao romper definitivamente com a Doutrina da Situação Irregular, até então admitida pelo Código de Menores (Lei 6.697, de 10.10.79), e estabelecer como diretriz básica e única no atendimento de crianças e adolescentes a Doutrina da Proteção Integral, o legislador pátrio agiu de forma coerente com o texto constitucional de 1988 e documentos internacionais aprovados com amplo consenso da comunidade das nações”<sup>52</sup>.

Dentro de uma perspectiva histórica sobre essa matéria, é relevante ressaltar a postura assumida do Brasil, no ano de 1988, que introduziu no artigo 227 da Constituição Federal a Doutrina da Proteção Integral<sup>53</sup>, que é vista como pressuposto para proteção do direito da criança. A instituição desse artigo ocorreu com a ratificação do Estatuto da Criança e do Adolescente que ocorreu em 1990 e criou normas para a garantia desses direitos<sup>54</sup>. Ou seja, basicamente, o Estado brasileiro colocou os direitos das crianças e dos adolescentes à frente de suas ações e preocupações<sup>55</sup>. Portanto, antes de o texto da Convenção sobre os Direitos da Criança <sup>56</sup> ser aprovado no Brasil, já havia um comprometimento, embora não normatizado, com a infância de nossas crianças. Em relação aos direitos fundamentais das crianças, além do direito ao respeito, saúde, educação, dignidade,

<sup>51</sup> COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Os Regimes de Atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente – Perspectivas e Desafios*. Brasília: Presidência da República/SDH/Subsecretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2004, p. 11.

<sup>52</sup> COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Os Regimes de Atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente – Perspectivas e Desafios*. Brasília: Presidência da República/SDH/Subsecretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2004, p. 27.

<sup>53</sup> Significado: A Doutrina da Proteção Integral significa um grande avanço na formulação de políticas públicas. As crianças e os adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos, para quem deve ser respeitada a condição peculiar de ser humano em desenvolvimento. Na prática, isso exige de cada um dos cidadãos, do poder público e da sociedade que coloquem crianças e adolescentes como prioridade de suas ações e preocupações. Prioridade e preocupação integrais - não importa qual a área de atuação, qual o foco das ações e os objetivos de cada pessoa ou instituição: ao deparar com uma criança ou adolescente, todos têm a obrigação de verificar se há qualquer ameaça para o conjunto de direitos definidos no ECA. A proteção integral exige a atenção integral. No caso prático das entidades de atendimento e das instituições públicas, isso exige o compromisso de acompanhar cada um dos pequenos cidadãos que atende e zelar para que a totalidade de seus direitos seja respeitada. Disponível em: <http://www.kairos.srv.br/dpibarueri/metodologia.html>. Acesso em: 27/11/2012

<sup>54</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação pertinente*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral da Justiça, 2007, p. 11.

<sup>55</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação pertinente*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2007, p. 03.

<sup>56</sup> Convenção Sobre os Direitos das Crianças. Disponível em: [http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10120.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm). Acesso em: 28/11/2012

liberdade, vida, lazer, o direito à convivência familiar também é encontrado <sup>57</sup>. Logo, a concretização dessa doutrina, segundo Saraiva, ocorreu no momento de rompimento com a situação do Código de Menores<sup>58</sup>.

A nova postura do Brasil, influenciado pelo direito à convivência familiar, aquele que a criança tem o direito de obter uma criação e educação no meio de uma família natural, e de acordo com o estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, exige uma mudança de atitude das Instituições, que formam o sistema de proteção e de justiça, ao deparar com crianças correndo riscos em virtude de lacuna dos pais nas situações de abuso ou violência na família <sup>59</sup>.

São tantos os atos de violência entre as famílias, tais quais a violência física, sexual, psicológica, que, muitas vezes, acabam lotando a justiça brasileira de ações e, até mesmo, os hospitais com atendimentos de emergência. Mas, infelizmente, muitos acontecimentos não são levados ao conhecimento da justiça dificultando a proteção de tais crianças. Há estudos<sup>60</sup> que comprovam a intensidade das consequências trazidas pela negligência dos pais desde um embrião até uma criança. Diante do referido estudo, a presente legislação determina a obrigação de comunicação dos educadores e os profissionais de saúde com Conselho Tutelar, reafirmando que a Doutrina da Proteção Integral ainda vigora neste meio<sup>61</sup>.

É importante destacar que o rompimento das normas do Código de Menores se iniciou no Brasil com a normatização deste conjunto de leis, que influenciado pela doutrina da proteção integral, teve início no alvoreço de diversos setores da sociedade na década de 70/80, e que resultou com as posições internas da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta época foi

---

<sup>57</sup> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

<sup>58</sup> SARAIVA, João Batista da Costa. *Adolescente e ato infracional – Garantias processuais e medidas socioeducativas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 15.

<sup>59</sup> Breve revisão da adoção sob a perspectiva da doutrina da proteção integral e do Novo Código Civil. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id499.htm>. Acesso em: 28/12/2012

<sup>60</sup> A Saúde ambiental e a criança urbana. Disponível em: [http://www.residenciapediatrica.com.br/detalhe\\_suplemento.asp?id=35](http://www.residenciapediatrica.com.br/detalhe_suplemento.asp?id=35). Acesso em: 28/11/2012

<sup>61</sup> Breve revisão da adoção sob a perspectiva da doutrina da proteção integral e do Novo Código Civil. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id499.htm>. Acesso em: 28/12/2012

importante para as transformações que aconteceram aos infanto-juvenis. Neste sentido, Edson Silva explica:

“Os princípios e as concepções relativos à criança e à adolescência, embutidos nesse conjunto de normas internacionais e nacionais, consideravam a doutrina da proteção integral como base e sistema, para garantir os direitos da criança e do adolescente como direitos humanos. As crianças e os adolescentes não são mais considerados menores ou incapazes, mas pessoas em desenvolvimento para se tornarem protagonistas e sujeitos de direitos. [...] A ruptura do Código de Menores situou-se num contexto de forte mobilização popular e política, na mudança da ordem repressora para institucionalização democrática, participativa e descentralizada. [...] O processo de ruptura não se realizou de forma abrupta, mas num constante conflito que reflete a correlação de forças sociais entre os que defendem posições de repressão, assistencialismo, cidadania e outros que defendem o mercado em primeiro lugar, além de existirem aqueles que se impõem pelo narcotráfico. [...] A doutrina da proteção integral está contextualizada num processo histórico de construção de uma nova institucionalidade emergente na sociedade brasileira, em ruptura com as dimensões inerentes a um padrão de relações autoritário, centralizado, repressivo, clientelista e de políticas fragmentadas”<sup>62</sup>.

O artigo 227 da CF define que os menores são sujeitos de direito e têm prioridade na efetivação de seus direitos com ênfase ao direito da convivência familiar<sup>63</sup>. Além da família, é obrigação do Estado zelar por tais direitos, o que se constata de maneira clara no *caput* deste artigo.

“A criança e o jovem se tornam em prioridade de Estado. A legislação pretende protegê-los da família desestruturada e dos maus-tratos que venham a sofrer; quer garantir educação, políticas sociais, alimentação e bases para o exercício da cidadania. Recomenda que a internação seja evitada, utilizada apenas como um recurso derradeiro, e pretende superar a associação pobreza-delinquência que estigmatizou grande parte de crianças e jovens como “menores”.<sup>64</sup>

O artigo quarto do ECA reafirma o que está disposto no artigo 227 da CF; ou seja, que os familiares, assim como o Estado, são obrigados a garantir a

<sup>62</sup> SILVA, Edson; MOTTI, Ângelo (org.). *Uma década de direitos: Estatuto da Criança e do Adolescente – Avaliando resultados e projetando o futuro*. Campo Grande: UFMS, 2001, p. 27.

<sup>63</sup> BRASIL. Constituição Federal de 1988

<sup>64</sup> PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORI, Mary Del (org.). *A história das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 366.

desenvoltura de suas crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar, e ainda dispõe:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à *convivência familiar e comunitária*.”<sup>65</sup>

Com base nesta Doutrina, ao longo dos anos, o Brasil ratificou diversas Convenções que primavam pela garantia dos direitos da criança e do adolescente, inclusive, para tentar evitar as adoções que eram efetuadas de má-fé e aquelas com o intuito de promover o tráfico de crianças. A nossa legislação aderiu ao regramento dos acordos ratificados, dando ensejo a uma segurança jurídica para o instituto da adoção por estrangeiros<sup>66</sup>.

Destacaremos, por ser pertinente ao assunto, dentre as várias convenções, apenas três: Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989; Convenção de Haia de 1993 e a Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores de 1994.

A primeira convenção teve seu texto aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, e foi ratificada por nós em 1990. Esta convenção atenta para o reconhecimento da dignidade da criança, bem como coloca seus interesses em primeiro lugar, para que ela possa ter um desenvolvimento físico e psicológico completo e digno de qualquer ser humano<sup>67</sup>.

Como observado no início deste estudo, antes mesmo de o texto da Convenção ser ratificado pelo Brasil, os princípios do melhor interesse da criança e o da proteção integral já faziam parte da Constituição Federal de 1988, dos quais, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 9.069/1990- dispôs sobre o assunto mais detalhadamente. Posteriormente, em 2009, criou-se a Nova Lei da Adoção- Lei 12.010/2009, fazendo jus, ainda mais, à proteção dos direitos fundamentais de nossas crianças.

<sup>65</sup> *Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação pertinente*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral da Justiça, 2007, p. 32.

<sup>66</sup> A proteção do adotando na adoção internacional. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7558](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7558). Acesso em: 28/11/2012

<sup>67</sup> Convenção Sobre os Direitos das Crianças. Disponível em: [http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10120.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm). Acesso em: 28/11/2012

Com o intuito de fixar regras para assegurar a seguridade e a priorização dos direitos dos menores na adoção internacional, assim como a prevenção de tráfico e sequestro dos adotados, firmou-se a Convenção de Haia de 1993<sup>68</sup>.

Um ano depois, em 1994, assinou-se a Convenção Interamericana sobre o tráfico Internacional de menores. Estabeleceram-se formas de proteção, prevenção e punição para as vítimas do tráfico, assim como para as possíveis vítimas<sup>69</sup>.

Acerca desse assunto, João Delciomar Galleti diz:

“As Convenções trazem, em seu bojo, um conjunto de medidas e procedimentos que, paulatinamente, com a sua ratificação ou adesão, é incorporado na legislação dos Estados. Elas representam, atualmente, de forma ampla, uma perspectiva de convergência de legislações internas que garantem ao adotado por estrangeiros não residentes direitos e garantias iguais ou semelhantes as que encontraria em seu país de origem”.<sup>70</sup>

Felizmente nosso regulamento jurídico seguiu a risca este caminho. O Estatuto da Criança e do Adolescente, a Carta Magna, assim como, a Nova Lei da Adoção são vistas pelo mundo como Leis adiantadas<sup>71</sup>, que fazem jus aos princípios e regras elencados nas convenções supracitadas.

Percebe-se que as leis brasileiras e os meios internacionais formam uma legislação que respeitam, acatam e resguardam a segurança na adoção internacional, sempre visando o bem estar do adotando, sua proteção e dando ênfase aos seus direitos fundamentais que, como obrigação, são preservados no procedimento adotivo.

<sup>68</sup> A Convenção de Haia de 1993 e o Regime da Adoção Internacional no Brasil após a aprovação do novo Código Civil Brasileiro em 2002. Disponível em: <http://www.abmp.org.br/textos/311.htm>. Acesso em: 28/11/2012

<sup>69</sup> CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE TRÁFICO INTERNACIONAL DE MENORES. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/B-57.htm>. Acesso em: 28/11/2012

<sup>70</sup> GATELLI, João Delciomar. *Adoção internacional: procedimentos legais utilizados pelos países do Mercosul*. Curitiba: Juruá, 2003, p, 144.

<sup>71</sup> A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E A PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <http://huespedes.cica.es/aliens/gimadus/23/02 a doutrina da protecao integral.html>. Acesso em: 28/11/2012

## 2.2 Convenção sobre o direito das crianças

Espelhando-se nas outras regras internacionais anteriores e nos princípios proclamados pela Carta das Nações Unidas de 1945, foi elaborada a Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989.<sup>72</sup> Teve como intuito proteger a infância, objetivando criar cidadãos dignos com uma formação completa, conforme determina a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Esta Convenção foi ratificada pelo Brasil, em 1990, sob o Decreto de número 99710<sup>73</sup>.

Observa-se que, em seu preâmbulo, esta Convenção foi elaborada de acordo com a necessária proteção e garantia dos direitos das crianças, anterior ou posterior ao nascimento<sup>74</sup>. Considerou-se que em qualquer lugar do mundo há crianças que necessitam de atenção especial, por isso a necessidade da cooperação internacional, respeitando, sempre, a questão cultural dos países<sup>75</sup>.

A principal finalidade da Convenção foi estimular os países, que a ratificaram, a promover ações para a desenvoltura de suas crianças em um ambiente familiar harmonioso e bem estruturado, preparando-as para viverem em sociedade com dignidade, liberdade e solidariedade de acordo com a Carta das Nações Unidas<sup>76</sup>.

A sua composição é feita por um preâmbulo no qual define alguns princípios importantes e orienta os Estados participantes. Possui cinquenta e quatro artigos, que são tripartidariamente divididos<sup>77</sup>.

<sup>72</sup>UNICEF - Convenção sobre o Direito das Crianças de 1989. Disponível em: [http://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf). Acesso em: 06/04/2013

<sup>73</sup> Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>74</sup> Unicef - preâmbulo da Convenção Sobre os Direitos das Crianças. Disponível em: [http://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf). Acesso em: 06/04/2013

<sup>75</sup> Unicef - preâmbulo da Convenção Sobre os Direitos das Crianças. Disponível em: [http://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf). Acesso em: 06/04/2013

<sup>76</sup>Artigo “Convenção sobre o Direito das Crianças”. <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado11.htm>. Victor Hugo Albernaz JúniorProcurador do Estado de São Paulo, membro do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, membro da Academia Ribeirão pretana de Letras Jurídicas e mestre em Direito Civil pela UNESP/Franca. Paulo Roberto Vaz Ferreira Procurador do Estado de São Paulo e membro do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

<sup>77</sup> Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 07/03/2013

A primeira parte vai do artigo 1º ao 41º. O primeiro artigo determina que toda criança é aquele menor de dezoito anos<sup>78</sup>. Vale ressaltar que no Brasil, enquanto a maioridade penal é atingida aos dezoito, a civil é aos vinte e um anos, podendo exercer sua cidadania aos dezesseis, como por exemplo, a faculdade de votar<sup>79</sup>.

O artigo segundo em diante, dispõe sobre os direitos fundamentais da criança na seguinte ordem: o direito à vida, disposto no artigo sexto; o direito à integridade física e moral, no artigo dezenove; o direito à liberdade e igualdade, no artigo trinta e sete; o direito ao não preconceito quanto a cor, religião, língua ou qualquer tipo de natureza distintiva, no artigo trinta. Assim, firmam-se as medidas para a garantia desses direitos<sup>80</sup>.

O terceiro artigo determina que as iniciativas tomadas pelos Estados devem estar em concordância com as leis adequadas, como por exemplo o artigo 43<sup>81</sup> do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>82</sup>.

O artigo quarto determina que os Estados-membros da Convenção devem usar de todos os meios cabíveis para implementar os direitos observados nesta Convenção<sup>83</sup>. Os direitos fundamentais dispostos no artigo 5 da Constituição Federal, especificados às crianças no artigo 227 e refletidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, atribui ao Estado à família e sociedade o compromisso de proporcionar o bem estar desses menores<sup>84</sup>.

Comprometem-se no artigo sétimo, o direito da criança de obter o registro de nascimento<sup>85</sup>. Devotar-se-ão, no artigo nono, à proteção da criança para

<sup>78</sup> Artigo 1, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 07/03/2013

<sup>79</sup> Brasil, Código Civil Brasileiro. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm). Acesso em: 10/03/2013

<sup>80</sup> Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 04/04/2013

<sup>81</sup> Artigo 43, Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069compilado.htm). Acesso em: 08/03/2013

<sup>82</sup> Artigo 3, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 04/04/2013

<sup>83</sup> Artigo 4, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 01/04/2013

<sup>84</sup> Brasil, Constituição federal de 1988. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 02/04/2013

<sup>85</sup> Brasil, Artigo 7 e 8, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 02/04/2013



que não sejam separados dos pais, salvo em caso de interesse maior, respeitando a legislação e procedimento judicial do país<sup>86</sup>. Neste sentido, o artigo onze determina que os Estados devem tomar precauções para inibir o tráfico de crianças<sup>87</sup>. O artigo trinta e cinco corrobora com esta questão<sup>88</sup>.

Não é novidade alguma que a questão do tráfico de menores é preocupação nacional e internacional, seja para trabalho infantil (artigo 32)<sup>89</sup> ou exploração sexual (artigo 34)<sup>90</sup>. No Brasil, ao longo dos anos percebeu-se a necessidade de haver disciplinas mais rígidas para inibir esta ação clandestina, tais quais o Estatuto da Criança e do Adolescente e a nova Lei de Adoção promulgada em 2009.

É disposto, ainda, a necessidade de ações governamentais para a proteção de suas crianças contra os maus tratos e abuso de seus tutores<sup>91</sup>. Aquelas que não podem ter um lar deverão ser assistidas e protegidas pelo Estado, sendo incluídas em programas de proteção e colocação em lares para adoção, sempre observado o interesse maior do infante<sup>92</sup>.

No tocante a adoção internacional, o ECA e a nova Lei de Adoção estabeleceram um regramento rígido, não somente se preocupando com o tráfico de menores, mas do mesmo modo, com a intenção de assegurar sucesso em todas as adoção transnacionais, garantindo a igualdade de direitos de nossas crianças sejam as mesmas das estrangeiras<sup>93</sup>.

<sup>86</sup> Brasil, Artigo 9, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>87</sup> Brasil, Artigo 11, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>88</sup> Brasil, Artigo 35, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>89</sup> Brasil, Artigo 32, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>90</sup> Brasil, Artigo 34, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>91</sup> Brasil, Artigo 19, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>92</sup> Brasil, Artigo 20, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>93</sup> "Convenção sobre o Direito das Crianças". <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado11.htm>. Victor Hugo Albernaz Júnior Procurador do Estado de São Paulo, membro do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, membro da Academia Ribeirão Pretana de Letras Jurídicas e mestre em Direito

A solidariedade humana é regida no artigo vinte e dois quando é estabelecido o dever de proteção/assistência aos refugiados<sup>94</sup>. Os artigos 23 até o 27 fazem alusão às crianças com necessidades especiais, com o propósito de propiciar educação, dignidade, acesso ao trabalho, bem como, assistência médica, orientação aos familiares, direito de gozar do seguro social e o direito de receber prestação alimentícia<sup>95</sup>.

O direito à educação é disposto no artigo 28 e no 29. Esses artigos obrigam os Estados Partes a estimular o ensino, bem como o tornar acessível gratuitamente a todos<sup>96</sup>. Já no artigo 30, vemos o direito à cultura, em seguida, no artigo 31 encontra-se o direito ao lazer<sup>97</sup>.

A salvaguarda da exploração sexual está disposta no artigo 32, objetivando inibir qualquer ato nocivo à saúde e ao desenvolvimento físico e mental da criança<sup>98</sup>. A proteção contra as drogas vem disposta no artigo 33, obrigando os Estados a tomarem medidas para evitar o uso destas<sup>99</sup>. Neste âmbito físico e moral, temos nos artigos 34 ao 36 a proteção contra o abuso sexual da criança, que obriga os membros a agirem de forma, internacional e nacional, a repreender qualquer ação que aflija o bem estar desses menores<sup>100</sup>.

Esses próximos artigos dão fim a primeira parte do texto da convenção. Eles apontam o tratamento correto para com as crianças, em hipótese de conflitos armados, e determinam como se deve proceder em casos de guerra,

---

Civil pela UNESP/Franca. *Paulo Roberto Vaz Ferreira* Procurador do Estado de São Paulo e membro do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

<sup>94</sup> Brasil, Artigo 22, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>95</sup> Brasil, Artigos 23 ao 27, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>96</sup> Brasil, Artigos 28 e 29, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>97</sup> Brasil, Artigos 30 e 31, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>98</sup> Brasil, Artigo 32, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>99</sup> Brasil, Artigo 33, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>100</sup> Brasil, Artigos 34 ao 36, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

como por exemplo, a preferência para os maiores de idade em caso de recrutamento<sup>101</sup>.

A convenção criou um Comitê para acompanhar a evolução do que é cumprido pelos Estados Partes. São descritas as funções deste órgão, a sua organização e a competência, como por exemplo, a cada dois anos a Assembleia geral das Nações Unidas receberá um parecer do Comitê sobre suas atividades. Impõe, também, o dever dos membros em apresentar um relato de suas ações para efetivação dos direitos reconhecidos na convenção<sup>102</sup>.

Os últimos artigos da Convenção determinam o prazo de início de vigência da mesma, que é de 30 dias<sup>103</sup>. Nos termos do artigo 50, os Estados poderão apresentar emendas a Convenção, e que deverá haver uma conferência para analisar e votar o que foi proposto<sup>104</sup>. O artigo 51 prevê a possível adesão com reservas ao texto<sup>105</sup>. Enfim, o artigo 52 apresenta a possível denúncia, pelos Estados Partes, da convenção ao Secretário Geral da ONU<sup>106</sup>, o art. 53 determina que o depositário desta será o Secretário Geral das Nações Unidas<sup>107</sup>, e o art. 54 enumera as diversas línguas nas quais a convenção será redigida<sup>108</sup>.

## **2.3 Convenção interamericana sobre conflitos de leis em matéria de adoção de menores 1984**

<sup>101</sup> Brasil, Artigos 37 e 41. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>102</sup> Brasil, Artigos 42 e 45, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>103</sup> Brasil, Artigos 48 e 49, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>104</sup> Brasil, Artigo 50, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>105</sup> Brasil, Artigo 51, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>106</sup> Brasil, Artigo 52, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>107</sup> Brasil, Artigo 53, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>108</sup> Brasil, Artigo 54, Decreto 99710. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 06/04/2013

A presente Convenção é composta por 29 artigos e foi aprovada pelo Brasil em 1996 sob o Decreto de número 2429 e entrou em vigor em sete de agosto de 1997<sup>109</sup>. Esta convenção prevê qual a melhor lei aplicável ao caso.

O primeiro e o segundo artigos é apenas diz a finalidade da adoção e quais Estados podem ratifica-las<sup>110</sup>. O terceiro prevê qual lei aplicável à adoção transnacional da “residência habitual” do adotando<sup>111</sup>. De acordo com Paulo Boucault<sup>112</sup>, este último artigo “coincide com as iniciativas de proteção dos menores, resguardando seus interesses por parte dos legisladores nacionais, atentos ao risco a que estariam sujeitas crianças enviadas ao exterior para adoção, que envolve o tráfico internacional de menores”.

No quarto artigo, optando pelo caráter distributivo<sup>113</sup>, a Convenção estabeleceu que os requisitos regularizadores da adoção será os do domicílio do adotante<sup>114</sup>. O quinto dispõe que as partes que aderirem à Convenção legitimam o acordado, sem nenhuma exceção<sup>115</sup>. O sexto e o sétimo dispõem, respectivamente, sobre a publicidade e registro da adoção e sigilo da mesma<sup>116</sup>. O artigo oitavo da

<sup>109</sup> Brasil, Decreto 2429. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2429.htm). Acesso em: 06/04/2013

<sup>110</sup> Convenção de La Paz 1984, Artigos 1 e 2 Disponível em: [http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao\\_interamericana\\_sobre\\_conflictos\\_de\\_leis\\_em\\_materia\\_de\\_adocao\\_de\\_menores.pdf](http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao_interamericana_sobre_conflictos_de_leis_em_materia_de_adocao_de_menores.pdf). Acesso em: 06/04/2013

<sup>111</sup> Convenção de La Paz 1984, Artigo 3. Disponível em: [http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao\\_interamericana\\_sobre\\_conflictos\\_de\\_leis\\_em\\_materia\\_de\\_adocao\\_de\\_menores.pdf](http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao_interamericana_sobre_conflictos_de_leis_em_materia_de_adocao_de_menores.pdf). Acesso em: 06/04/2013

<sup>112</sup> CASELLA, Paulo B. e ARAÚJO, Nadia de (coordenação). *Integração jurídica interamericana: as Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado (CIDIPs) e o direito brasileiro*. São Paulo: LTr, 1998.

<sup>113</sup> COSTA, Tarcísio José Martins. *Adoção Internacional: aspectos jurídicos, políticos e socioculturais*. Disponível em: <http://www.tjmg.gov.br/jij/adocinte.html>. Acesso em: 04/04/2013.

<sup>114</sup> “Art. 4º - A lei do domicílio do adotante (ou adotantes) regulará:

- a) a capacidade para se adotante;
- b) os requisitos de idade e estado civil do adotante;
- c) o consentimento do cônjuge do adotante, se for o caso; e
- d) os demais requisitos para ser adotante.

Quando os requisitos da lei do adotante (ou adotantes) forem manifestamente menos estritos do que os da lei da residência habitual do adotado, prevalecerá a lei do adotado”.

<sup>115</sup> Convenção de La Paz 1984, Artigo 5. Disponível em: [http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao\\_interamericana\\_sobre\\_conflictos\\_de\\_leis\\_em\\_materia\\_de\\_adocao\\_de\\_menores.pdf](http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao_interamericana_sobre_conflictos_de_leis_em_materia_de_adocao_de_menores.pdf). Acesso em: 06/04/2013

<sup>116</sup> Convenção de La Paz 1984, Artigo 6 e 7. Disponível em: [http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao\\_interamericana\\_sobre\\_conflictos\\_de\\_leis\\_em\\_materia\\_de\\_adocao\\_de\\_menores.pdf](http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao_interamericana_sobre_conflictos_de_leis_em_materia_de_adocao_de_menores.pdf). Acesso em: 06/04/2013

legitimidade plena as autoridades que executam as adoções de exigir comprovação da capacidade física, mental e econômica dos adotantes para adotar<sup>117</sup>.

O nono dispõe que em qualquer caso de adoção a relação da criança com a família substituta deverá a mesma da legítima, em que essas se extinguem no momento da adoção<sup>118</sup>. O décimo determina que as relações adotante-adotado são regidas pela lei do domicílio do adotante, diferente das relações do adotado com sua família de origem, que é regida pela da “residência habitual”<sup>119</sup>.

Com relação a sucessão, o artigo onze determina que seja ela do adotante ou do adotado, esta será regida pelas leis aplicáveis que concerne a cada uma delas<sup>120</sup>. O artigo doze exprimi que a adoção é irrevogável, e reafirma que a residência habitual do adotado é a que rege a adoção<sup>121</sup>.

Havendo a conversão de parcial para plena, este processo será regido pela lei de residência/domicílio do adotante, com anuência, se acima da quatorze anos, do menor que está sendo adotado<sup>122</sup>.

Compete ao juízo de “residência habitual” da criança adotada outorgar, anular ou revogar a adoção<sup>123</sup>.

<sup>117</sup> Convenção de La Paz 1984, Artigo 8. Disponível em: [http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao\\_interamericana\\_sobre\\_conflictos\\_de\\_leis\\_em\\_materia\\_de\\_adocao\\_de\\_menores.pdf](http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao_interamericana_sobre_conflictos_de_leis_em_materia_de_adocao_de_menores.pdf). Acesso em: 06/04/2013

<sup>118</sup> Brasil, Convenção de La Paz 1984, Artigo 9. Disponível em: [http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao\\_interamericana\\_sobre\\_conflictos\\_de\\_leis\\_em\\_materia\\_de\\_adocao\\_de\\_menores.pdf](http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao_interamericana_sobre_conflictos_de_leis_em_materia_de_adocao_de_menores.pdf). Acesso em: 06/04/2013

<sup>119</sup> Brasil, Convenção de La Paz 1984, Artigo 10. Disponível em: [http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao\\_interamericana\\_sobre\\_conflictos\\_de\\_leis\\_em\\_materia\\_de\\_adocao\\_de\\_menores.pdf](http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao_interamericana_sobre_conflictos_de_leis_em_materia_de_adocao_de_menores.pdf). Acesso em: 06/04/2013

<sup>120</sup> Brasil, Convenção de La Paz 1984, Artigo 11. Disponível em: [http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao\\_interamericana\\_sobre\\_conflictos\\_de\\_leis\\_em\\_materia\\_de\\_adocao\\_de\\_menores.pdf](http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao_interamericana_sobre_conflictos_de_leis_em_materia_de_adocao_de_menores.pdf). Acesso em: 06/04/2013

<sup>121</sup> Brasil, Convenção de La Paz 1984, Artigo 12. Disponível em: [http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao\\_interamericana\\_sobre\\_conflictos\\_de\\_leis\\_em\\_materia\\_de\\_adocao\\_de\\_menores.pdf](http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao_interamericana_sobre_conflictos_de_leis_em_materia_de_adocao_de_menores.pdf). Acesso em: 06/04/2013

<sup>122</sup> Brasil, Convenção de La Paz 1984, Artigo 13. Disponível em: [http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao\\_interamericana\\_sobre\\_conflictos\\_de\\_leis\\_em\\_materia\\_de\\_adocao\\_de\\_menores.pdf](http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao_interamericana_sobre_conflictos_de_leis_em_materia_de_adocao_de_menores.pdf). Acesso em: 06/04/2013

<sup>123</sup> Brasil, Convenção de La Paz 1984, Artigos 15, 16 e 17. Disponível em: [http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao\\_interamericana\\_sobre\\_conflictos\\_de\\_leis\\_em\\_materia\\_de\\_adocao\\_de\\_menores.pdf](http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao_interamericana_sobre_conflictos_de_leis_em_materia_de_adocao_de_menores.pdf). Acesso em: 06/04/2013

Podem, em caso de ser divergente com a ordem pública interna do Estado, se recusar a empregar a lei disposta como competente por esta Convenção<sup>124</sup>.

Por fim, os outros 11 artigos dispõem sobre as formalidades, idioma da Convenção, possibilidade de aderir com reservas e etc.

## 2.4 Pacto San Jose da Costa Rica

Com 44 anos de existência e 81 artigos, foi firmada, em 1969, a Convenção Americana Sobre os Direitos Humanos e adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos<sup>125</sup>.

Entretanto, só em 1992, o Brasil o sancionou sob o Decreto de número 678<sup>126</sup>. Tem como meta estatuir os direitos fundamentais do ser humano, como direito a educação e liberdade, bem como repugna o trabalho escravo, dispõe sobre as garantias judiciais e das liberdades no geral<sup>127</sup>.

Ele busca, também, assentar em meio os Estados americanos, fundamentado na obediência aos direitos humanos, um sistema de independência pessoal e de justiça pública<sup>128</sup>.

Vale ressaltar, que este Pacto criou a Corte Interamericana de Direitos Humanos que veremos mais a frente. O texto é composto por três partes que são divididas do artigo 1 ao 32, do 33 ao 73 e do 74 ao 82<sup>129</sup>.

<sup>124</sup>Convenção de La Paz 1984, Artigo 18. Disponível em: [http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao\\_interamericana\\_sobre\\_conflitos\\_de\\_leis\\_em\\_materia\\_de\\_adocao\\_de\\_menores.pdf](http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/internacionais/familia/convencao_interamericana_sobre_conflitos_de_leis_em_materia_de_adocao_de_menores.pdf). Acesso em: 06/04/2013

<sup>125</sup>Pacto de San José da Costa Rica sobre direitos humanos completa 40 anos. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=116380>. Acesso em: 04/04/2013

<sup>126</sup>Pacto de San José da Costa Rica sobre direitos humanos completa 40 anos. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=116380>. Acesso em: 04/04/2013

<sup>127</sup>Pacto de San José da Costa Rica sobre direitos humanos completa 40 anos. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=116380>. Acesso em: 04/04/2013

<sup>128</sup>Pacto de San José da Costa Rica sobre direitos humanos completa 40 anos. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=116380>. Acesso em: 04/04/2013

<sup>129</sup>Pacto de San Jose da Costa Rica. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>. Acesso em 06/04/2013

Encontramos elencados, respectivamente, os direitos políticos, civis e econômicos; deveres individuais; meio de proteção que encontramos a organização/função/competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; e na última parte, diz respeito a emendas, ratificação, denúncias e fala um pouco mais sobre a Corte Interamericana e sobre a Comissão<sup>130</sup>.

Observa-se mais relevante no tocante a esta Convenção, a criação dos órgãos de fiscalização e proteção CIDH. São de competência destes a apreciação de possíveis acontecimentos, apresentados às Comissões pelos ofendidos, que atingem os direitos humanos nos países que fazem parte da “Organização dos Estados Americanos”<sup>131</sup>. Exemplo de atuação da Corte é no caso que deu ensejo a criação da Lei Maria da Penha<sup>132</sup>.

## 2.5 Jurisprudências

Em relação à adoção internacional, o STJ entende:

“ADOÇÃO INTERNACIONAL. Cadastro Geral. Antes de deferida a adoção para estrangeiros, devem ser esgotadas as consultas a possíveis interessados nacionais. Organizado no Estado um cadastro geral de adotantes nacionais, o juiz deve consultá-lo, não sendo suficiente a inexistência de inscritos no cadastro da comarca. Situação já consolidada há anos, contra a qual nada se alegou nos autos, a recomendar que não seja alterada. Recurso não conhecido”<sup>133</sup>.

Ainda neste âmbito, temos uma decisão do STJ, tornando interessante a sua observação. Se não vejamos:

“SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. ADOÇÃO. REGULARIDADE FORMAL.PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. HOMOLOGAÇÃO DEFERIDA.

<sup>130</sup>Pacto de San Jose da Costa Rica. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>. Acesso em: 06/04/2013

<sup>131</sup>Pacto de San José da Costa Rica sobre direitos humanos completa 40 anos. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=116380>. Acesso em: 04/04/2013

<sup>132</sup>Pacto de San José da Costa Rica sobre direitos humanos completa 40 anos. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=116380>. Acesso em: 04/04/2013

<sup>133</sup> BRASIL. STJ, DJU. 17 dez.1999. REsp. 180.341/SP. Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar.



1. Foram observados os pressupostos indispensáveis ao deferimento do pleito previstos nos artigos 5º e 6º da Resolução n.º 9/05 desta Corte. 2. Nos termos do artigo 51 do Estatuto da Criança e do Adolescente - que remete ao artigo 2º da Convenção de Haia, de 29.5.93 -, a adoção internacional ocorre quando a pessoa ou casal adotante seja residente ou domiciliado fora do Brasil e haja o deslocamento do adotando para outro Estado. 3. Para a adoção de menor que tenha pais biológicos no exercício do poder familiar, haverá a necessidade do consentimento de ambos, salvo se, por decisão judicial, forem destituídos desse poder, consoante a regra contida no art. 45 do ECA. 4. É causa autorizadora da perda judicial do poder familiar, nos termos do art. 1.638, II, do Código Civil, o fato de o pai deixar o filho em abandono. Na hipótese, há nos autos escritura pública assinada pelo pai biológico dando conta de que houve manifesto abandono de seu filho menor, situação, aliás, expressamente levantada no título judicial submetido à presente homologação bem como no parecer do ministerial. 5. Excepcionalmente, o STJ admite outra hipótese de dispensa do consentimento sem prévia destituição do poder familiar, quando for observada situação de fato consolidada no tempo que seja favorável ao adotando, como no caso em exame. Precedentes. 6. Homologação de sentença estrangeira deferida<sup>134</sup>.

### **3. A SEGURANÇA JURÍDICA E A DIGNIDADE DA CRIANÇA NA ADOÇÃO INTERNACIONAL**

#### **3.1 Dignidade do adotando**

Inicialmente, é importante ressaltar que aqui no Brasil o instituto é regido, basicamente, por três princípios. Como vimos, o processo adotivo aqui vislumbra sempre o interesse supremo do adotando.

O primeiro é “do melhor interesse da criança”, que começou seus efeitos com o ECA. Neste princípio, a figura do adotando passou a ter uma importância muito grande, pois foi assentado que seus interesses devem ser postos em primeiro lugar independente da situação.

O próximo princípio é o “da não distinção entre os filhos”, ele é encontrado no artigo 227, § 6º da CF/88 associado com o artigo 20 do ECA. Juntos

---

<sup>134</sup> BRASIL. SEC .274/EX, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/11/2012, DJe 19/11/2012



eles dispõe que os direitos dos adotandos deveram ser idênticos aos dos filhos biológicos.

Por último, temos o da “igualdade de direitos sucessórios e civis”. Este é um “resultado” do segundo, porém, ele estabelece que o menor adotado não pode ter nenhuma reserva referente a filiação.

Neste ponto, é importante falar sobre aquelas crianças que ficam em abrigos esperando alguma adoção. Elas estão abrigadas, porque por várias razões, não receberam o mínimo necessário dos seus direitos<sup>135</sup>. Muitas vezes, essas crianças que são postas em abrigos são esquecidas sem poder usufruir de seus direitos fundamentais<sup>136</sup>.

Há de se observar que, as regras do processamento de adoção devem ser reconsideradas.

### 3.2 ECA e a Nova Lei da Adoção 12.010/2009

O artigo 51 do ECA define o instituto no Brasil, como se verifica abaixo:

“Art. 51 considera-se adoção internacional aquela na qual a pessoa ou casa postulante é residente no Brasil, conforme previsto no artigo 2o da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, aprovada pelo decreto legislativo número 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto número 3087, de 21 de junho de 1999”<sup>137</sup>.

Assim como outros países, o Brasil estabelece quesitos para o procedimento da adoção. Os gerais são com relação à idade, à estabilidade conjugal, idoneidade e compatibilidade com a natureza da medida. Os específicos,

<sup>135</sup>Artigo “ADOÇÃO – ASPECTOS PRÁTICOS – LEI 12.010/2009”. Disponível em: <http://todoscontraapedofilia.ning.com/profiles/blogs/adocao-aspectos-praticos-lei-12-010-2009-carlos-fortes>.

Acesso em: 09/04/2013

<sup>136</sup>Artigo “ADOÇÃO – ASPECTOS PRÁTICOS – LEI 12.010/2009”. Disponível em: <http://todoscontraapedofilia.ning.com/profiles/blogs/adocao-aspectos-praticos-lei-12-010-2009-carlos-fortes>.

Acesso em: 09/04/2013

<sup>137</sup>Artigo 51. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 09/04/2013

que são incisivos e taxativo, são encontrados nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 51<sup>138</sup> do ECA<sup>139</sup>.

No caso de um casal de adotante ao menos um deles deve ser maior de idade<sup>140</sup>. Lembrando que ambos devem comprovar serem aptos para propiciar um ambiente harmônico para o menor viver.

E necessário que haja uma diferença mínima de 16 anos e máxima de 18 entre o menor e o adotante<sup>141</sup>. Nos casos do adotando ser maior de 12 anos deve haver o consentimento deste<sup>142</sup>.

Para o menor ser adotado, deve ter uma sentença com trânsito em julgado, que tenha determinado a perda do poder familiar de seus pais biológicos, ou estes terem falecido ou ele esteja sob proteção do Estado. Analisaremos, portanto o artigo 169 do ECA:

“Art. 169 Nas hipóteses em que a destituição da tutela, a perda ou a suspensão do pátrio poder constituir pressuposto lógico da medida principal de colocação em família substituta, será observado o procedimento contraditório previsto nas Seções II e III deste Capítulo<sup>143</sup>”.

<sup>138</sup> Art. 51. Considera-se adoção internacional aquela na qual a pessoa ou casal postulante é residente ou domiciliado fora do Brasil, conforme previsto no Artigo 2 da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999.

§1º A adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro ou domiciliado no Brasil somente terá lugar quando restar comprovado:

I - que a colocação em família substituta é a solução adequada ao caso concreto;

II - que foram esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família substituta brasileira, após consulta aos cadastros mencionados no art. 50 desta Lei;

III - que, em se tratando de adoção de adolescente, este foi consultado, por meios adequados ao seu estágio de desenvolvimento, e que se encontra preparado para a medida, mediante parecer elaborado por equipe interprofissional, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei.

§2º Os brasileiros residentes no exterior terão preferência aos estrangeiros, nos casos de adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro.

§3º A adoção internacional pressupõe a intervenção das Autoridades Centrais Estaduais e Federal em matéria de adoção internacional.

Artigo 51. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 09/04/2013

<sup>139</sup> COSTA, Tarcísio José Martins. *Adoção transnacional: um estudo sociojurídico e comparativo da legislação atual*. Belo Horizonte: Del Rey. p. 240.

<sup>140</sup> Ibidem.

<sup>141</sup> Artigo 40. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 09/04/2013

<sup>142</sup> Artigo 40. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 09/04/2013

<sup>143</sup> Artigo 169. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 09/04/2013

O artigo 42 do ECA estabelece a idade mínima dos adotantes, que anteriormente era de vinte e um anos<sup>144</sup>. Com a Lei 12.010/2009, conhecida como “Nova Lei da Adoção”, a idade para poder adotar passou para dezoito anos, independente do estado civil. Lembrando que, acordando com o artigo 42, §1º do ECA, irmãos e ascendentes não são possibilitados a adotar<sup>145</sup>.

Segundo Hoppe<sup>146</sup>, os adotantes devem endereçar um pedido em conjunto com os documentos exigidos<sup>147</sup> completos e autenticados pelo consulado para a efetivação. Vejamos:

“(...) proposta formal dos candidatos; prova de atendimento das exigências legais de domicílio (art. 51, §1º); estudo psicossocial dos postulantes (idem); habilitação específica do casal para aquela criança ou adolescente; documentos pessoais (certidão de nascimento e casamento, folha corrida judicial, cópia reprográfica dos passaportes, comprovante de renda, prova de saúde física e mental) e fotos da família.”

Posteriormente todo o trâmite necessário do artigo 51 estar completo e após o parecer do Ministério Público, resultar-se-á uma sentença que habilitará ou não os pretendentes. O pedido deve ser feito por uma petição, observando o artigo 166<sup>148</sup> do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Recebida a ação, haverá uma assistência especial dada pela equipe do psicossocial, orientando as partes e acompanhando o estágio de adaptação, e no fim dar um parecer final que será juntando ao processo de adoção<sup>149</sup>. Sendo o parecer favorável, através do “termo de estágio de convivência”, liberarão provisoriamente a criança do abrigo<sup>150</sup>.

<sup>144</sup> Artigo 42. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 09/04/2013

<sup>145</sup> Artigo 42, §1º. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 09/04/2013

<sup>146</sup> HOPPE, Marcel Esquivel (coord.). *O Estatuto Passado a Limpo*. Porto Alegre: Revista Jurisprudência TJRS, 1992.

<sup>147</sup> Artigo 51, §3º. Disponível em: Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 09/04/2013

<sup>148</sup> Art. 166. Se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, este poderá ser formulado diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência de advogado. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 09/04/2013

<sup>149</sup> AREND, Sílvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. *Adoção Internacional Brasil – França: Traçando um perfil dos autores sociais*. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008\\_1124.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1124.pdf). Acesso em: 09/04/2013

<sup>150</sup> Ibidem.

O juiz sentenciará quanto à adoção nos termos do artigo 381 do Código de Processo Civil:

“Art. 381 A sentença conterá:

I – os nomes das partes ou, quando não for possível, as indicações necessárias para identificá-las;

II – a exposição sucinta da acusação e da defesa;

III – a indicação dos motivos de fato e de direito em que fundar a decisão;

IV – a indicação dos artigos de lei aplicados;

V – o dispositivo;

VI – a data e assinatura do juiz”<sup>151</sup>

Com a publicação da sentença, o juiz só a emendará para corrigir ou por embargos de declaração<sup>152</sup>. O prazo para o trânsito da sentença é contado a partir da intimação das partes e do Ministério Público, porque, antes do término deste, o menor não poderá deixar as terras nacionais<sup>153</sup>.

Por ser poder discricionário do Estado, no tocante a nacionalidade do adotando, esta dependerá da legislação do país estrangeiro, porém permanecerá sendo um direito dos mesmos.

Definitivamente, em nenhum caso, antes do trânsito da sentença, o adotando não sairá do território nacional. Observa-se, que o legislador vislumbrou a segurança física e mental da criança.

Em 2009, dezenove anos após sua criação, o ECA teve sua primeira alteração com a promulgação da Nova Lei de Adoção nº 12.010/2009. Esta lei acrescentou diversas mudanças a cinquenta e quatro artigo do ECA, bem como outras leis<sup>154</sup>.

No artigo primeiro, a nova lei já deixa claro seu intuito, qual seja, incrementar o sistema adotivo previsto no ECA, visando os direitos fundamentais de todos as crianças, sem deixar de lado os princípios e normas consagradas por esta<sup>155</sup>.

<sup>151</sup> BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de Jan. de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 09/04/2013.

<sup>152</sup> Artigo 463, I e II. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm). Acesso em: 09/04/2013

<sup>153</sup> § 4º do art. 51. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 09/04/2013

<sup>154</sup> Artigo - Breve Considerações Sobre a “Lei Nacional da Adoção”. Disponível em: <http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=334>. Acesso em: 16/04/2013

<sup>155</sup> Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, na forma prevista pela [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), Estatuto da Criança e do Adolescente. Art. 1º, Lei 12010/2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm). Acesso em: 16/04/2013

A intenção desta lei foi sua incorporação à lei 8069/90 e não substituição desta. O legislador a criou objetivando o efetivo cumprimento dos mecanismos já elencados no ECA, bem como diminuir o tempo de em que as crianças ficam em abrigos, que pelo novo diploma legal, chama-se “acolhimento institucional”<sup>156</sup>.

A lei 12010/2009 evidenciou os princípios que giram em torno do instituto<sup>157</sup> e obrigações das autoridades que tem o compromisso de tornar efetivo o direito constitucional desses menores. Inclusive, em meio a tantos deveres, estabelece à autoridade judiciária a fiscalização dos acolhimentos institucionais, que objetiva assegurar o direito à convivência familiar dos menores, devendo sanar o problema, em pelo menos, dois anos<sup>158</sup>.

Ainda no âmbito judiciário, imposto a este poder, a gerência e elaboração dos cadastros estadual e de todo o Brasil<sup>159</sup>, bem como de estrangeiros interessados em adotar. Promove também, junto a outros órgãos, uma assistência, denominada pela lei de “preparação psicossocial”, que estimula pessoas interessadas em adotar<sup>160</sup>.

A nova lei enfatizou o princípio da excepcionalidade à medida em detrimento da cultivação do vínculo familiar do biológico do menor. Vale mencionar, o artigo 33, §4 do ECA, que libera visitas da família natural, pagamento de pensão alimentícia<sup>161</sup>.

---

<sup>156</sup> Breves considerações sobre a nova Lei de Adoção. Disponível em: <http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=334#nota11>. Acesso em: 16/04/2013

<sup>157</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 100º. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 16/04/2013

<sup>158</sup> Cada “acolhimento institucional” deve ser avisado ao poder judiciário no prazo limite de 24 horas, não apenas na perspectiva de uma efetividade da medida, mas também para impor, se necessário, executar a desvinculação do menor ou adolescente dos familiares biológicos, a deflagração do processo contencioso (arts. 93, *caput* e par. único c/c 101, §2º, da Lei nº 8.069/90), sendo também estipulada a criação de um “cadastro de crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional” (art. 101, § 11, da Lei nº 8.069/90), cabendo uma “infração administrativa”, caso ocorra o descumprimento, que está disposta no art. 258-A do Estatuto da Criança e do Adolescente.

<sup>159</sup> Artigo 50, §§5 e 6, Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20/04/2013

<sup>160</sup> O cadastro internacional está disposto no artigo 50, § 6 dessa mesma lei. Arts. 50, §§ 3 e 4, 87 inciso VII e 197-C, §§ 1 e 2, ECA. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20/04/2013

<sup>161</sup> No tocante as visitas, estas só acontecerão, salvo disposição judiciária em contrário. Arts. 28, § 4. ECA. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20/04/2013

As inovações trazidas pela lei são muitas. Temos como exemplo o artigo 28, §6 da Nova Lei, que dispõe sobre medidas cautelares perante adotandos indígenas<sup>162</sup>, criou um trâmite específico para o processo adotivo<sup>163</sup> e pacificou, nos moldes da “Convenção de Haia”, a adoção internacional<sup>164</sup>.

A lei procura exterminar a arbitrariedade, de decisões administrativas, nos casos trazidos pelo artigo 153 do ECA<sup>165</sup>, exigindo um procedimento judicial contencioso, garantindo o direito à ampla defesa e ao contraditório dos pais ou responsáveis<sup>166</sup>.

Destaca-se que as novas regras objetivam acabar com as adoções irregulares. Acrescentou o parágrafo único ao artigo 13 e o artigo 258-B ao Estatuto, impondo aos profissionais de saúde que o dever, sob penalidade administrativa, de comunicar à autoridade judiciária, casos de mães grávidas que queiram deixar seus filhos para adoção ou casos de maus tratos<sup>167</sup>.

Estabeleceu também, a necessidade de políticas públicas “intersectoriais”<sup>168</sup> voltadas a minimizar o tempo de permanências dos menores nos “acolhimentos institucionais”<sup>169</sup> e promover a efetivação dos direito a convivência familiar dos menores por meio da assistência psicológica dos interessados em adotar, bem como das gestantes que tem interesse em dispor o filho para adoção<sup>170</sup>.

<sup>162</sup> Art. 28, § 6, Lei 12010/2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm). Acesso em: 20/04/2013

<sup>163</sup> Art. 197-A, Lei 12010/09. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm). Acesso em: 20/04/2013

<sup>164</sup> Arts. 52, 160 a 170, Lei 12010/09. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm). Acesso em: 20/04/2013

<sup>165</sup> Art. 153. Se a medida judicial a ser adotada não corresponder a procedimento previsto nesta ou em outra lei, a autoridade judiciária poderá investigar os fatos e ordenar de ofício as providências necessárias, ouvido o Ministério Público. Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para o fim de afastamento da criança ou do adolescente de sua família de origem e em outros procedimentos necessariamente contenciosos. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20/04/2013

<sup>166</sup> Arts. 101, §2, 136, parágrafo único e XI, e 153 parágrafo único. Lei 8069/90. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20/04/2013

<sup>167</sup> Arts. 13, parágrafo único e 258-B parágrafo único. Lei 8069/90. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20/04/2013

<sup>168</sup> Arts. 86, 87, VI e VII, 88, VI. Lei 8069/90. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20/04/2013

<sup>169</sup> O art. 19 estabeleceu o tempo máximo de permanência de dois anos dos menores em acolhimento institucional, salvo situações excepcionais. Art. 19, Lei 8069/90. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20/04/2013

<sup>170</sup> Arts. 8, §§ 4 e 5, 19, caput, §3, 87, VI, 88, VI e 100, III, IX, X, Lei 8069/90. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20/04/2013

Basicamente, essas políticas são implementadas com o intuito de fazer jus ao disposto dos artigos 226 e 227 da Constituição Federal<sup>171</sup>.

Segundo Murillo José Digiácomo, Promotor de Justiça do Paraná, em seu artigo publicado no site do Ministério Público do Paraná, define o objetivo de tais políticas, salientando o que já foi dito anteriormente, como:

“A implementação de tais políticas, notadamente em nível municipal e estadual (inclusive no que diz respeito à atuação do Poder Judiciário), tem por objetivo, de um lado, *evitar* abrigamentos injustificados (e injustificáveis, como são os casos daqueles efetuados pelas próprias famílias e/ou motivados pela falta de condições materiais) e, de outro, assegurar que as crianças e adolescentes que se encontrem em regime de acolhimento institucional tenham sua situação *permanentemente monitorada pela autoridade judiciária e pelos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar*, na perspectiva de promover, da forma mais célere possível, a *reintegração familiar* (medida *preferencial*, que deve ser precedida e/ou acompanhada do encaminhamento de *toda* a família aos referidos programas e serviços de orientação/apoio/promoção social) ou, quando isto não for possível, por qualquer razão plenamente justificada, sua colocação em família substituta, nas diversas modalidades previstas (dentre as quais se incluem os programas de acolhimento familiar, também referidos pela nova lei). Visa também evitar que as entidades que executam programas de acolhimento institucional, assim como as crianças e adolescentes que lá se encontrem (e mesmo o Poder Judiciário), fiquem “isolados” e/ou deixem de se integrar à *política de atendimento* definida pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, assim como a outros programas e serviços (públicos, fundamentalmente) destinados a garantir o efetivo exercício do direito a convivência familiar por todas as crianças e adolescentes inseridas no programa respectivo<sup>172</sup>”.

Portanto, resta claro que as autoridades judiciárias, antes de levar os menores para os “acolhimentos institucionais”, devem tentar a reintegração familiar<sup>173</sup> e a inclusão dessas famílias em assistência<sup>174</sup> e apoio do Poder Público, de acordo com o disposto no artigo 23 do Estatuto<sup>175</sup>.

<sup>171</sup> BRASIL. Constituição Federal. Arts. 226 e 227. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 20/04/2013

<sup>172</sup> Breves considerações sobre a nova Lei de Adoção. Disponível em: <http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=334#nota11>. Acesso em: 20/04/2013

<sup>173</sup> Art. 93, parágrafo único, Lei 8069/90. Disponível em: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20/04/2013



Em suma, o novo regramento da Lei. 12.010/2009 deixou mais perceptíveis os princípios (art. 100 do ECA) que envolvem o instituto e o compromisso das autoridades/órgãos perante a segurança e efetividade do processo de adoção, em destaque o do Poder Judiciário<sup>176</sup>.

Constitui não apenas a o novo regramento de adoção, mas sim, uma “Lei da Convivência Familiar”.

### 3.3 Adoção Nacional x Internacional

A adoção internacional, assim como a adoção nacional, também é um instituto jurídico de ordem pública que tem por objetivo possibilitar uma criança ou adolescente, que se encontra em um estado de abandono, viver em um lar com uma família, desde que os requisitos para a adoção sejam preenchidos. Vale lembrar que sempre se deve zelar pelo bem estar do jovem a ser adotado e pela sua educação, respeitando e seguindo às normas de adoção do país.

Neste sentido, faz-se necessário destacar os pontos desiguais entre a adoção internacional e a nacional/interna. Estes dois institutos são bem distintos, não somente no processo, mas também no perfil da criança que pode ser adotada.

A Lei nº 12.010 de 29 de julho de 2009 mudou a redação do artigo 51 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta define a adoção internacional da seguinte forma:

“Art.51. Considera-se adoção internacional aquela na qual a pessoa ou casal postulante é residente ou domiciliado fora do Brasil, conforme previsto no Artigo 2 da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, aprovada pelo Decreto Legislativo no 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999.”<sup>177</sup>

<sup>174</sup> Art. 70. Lei 8069/90. Disponível em: Art. 93, parágrafo único, Lei 8069/90. Disponível em: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20/04/2013

<sup>175</sup> Art. 23, parágrafo único, Lei 8069/90. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20/04/2013

<sup>176</sup> Breves considerações sobre a nova Lei de Adoção. Disponível em: <http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=334#nota11>. Acesso em: 20/04/2013

<sup>177</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.html). Acesso em: 20/04/2013



Vale ressaltar que na adoção internacional somente é permitido a adoção de uma criança depois de esgotadas todas as possibilidades de sua adoção por alguma família brasileira. Isto representa o seguinte: essa criança não atende o perfil de desejo de adoção pelos brasileiros, ou seja, já passou pela “fase” de aceitação, como por exemplo, as crianças maiores de nove anos, ou aquelas com algum problema mental ou físico<sup>178</sup>. Neste caso, incide o Direito Internacional Privado para dirimir os conflitos de leis e normas e para produzir o efeito no país dos futuros pais<sup>179</sup>.

De acordo com o artigo 52 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e ao artigo 227 da Constituição Federal, quando um casal estrangeiro está interessado em alguma criança brasileira, deve-se dirigir à entidade internacional de seus pais, que é autorizada e registrada para realizar a tramitação aqui no Brasil. Esta encaminha o processo com pedido de habilitação, já autorizado e devidamente traduzido, para análise da Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado (CEJA), no qual reside a criança. Caso seja em Brasília, a análise será feita pela Comissão Distrital Judiciária de Adoção do Distrito Federal (CDJA), que é subordinada à Corregedoria de Justiça do Distrito Federal e Territórios e sua finalidade é o auxílio ao Juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF<sup>180</sup>.

Após a expedição do laudo de habilitação dos interessados pelas Comissões Judiciárias de Adoção, estes entram na fila de espera para adoção e, depois de uma delonga inicia-se o processo. Para concretização da adoção, deve haver um “período de convivência” entre o adotando e o adotado.

Observa-se, então, nos artigos 46, §3º e 167 do ECA<sup>181</sup>, respectivamente, que “em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência, cumprido no território nacional, será de, no mínimo, 30 (trinta) dias” e que:

<sup>178</sup> Disponível em: <http://psicologiaeadoacao.blogspot.com.br/2011/07/diferencas-na-adocao-nacional-e.html> . Acesso em: 20/04/2013

<sup>179</sup> Adoção Internacional. Disponível em: [http://www.tjmg.jus.br/corregedoria/ceja/conteudo\\_seminariotalo/valeriasilvarodrigues.pdf](http://www.tjmg.jus.br/corregedoria/ceja/conteudo_seminariotalo/valeriasilvarodrigues.pdf). Acesso em: 20/04/2013

<sup>180</sup> Da Comissão Distrital Judiciária de Adoção do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.tjdft.jus.br/acesso-rapido/acoes/comissao-de-adocao-proma>. Acesso em: 20/04/2013

<sup>181</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente, arts. 46 e 167. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.html). Acesso em: 20/04/2013

“a autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público, determinará a realização de estudo social ou, se possível, perícia por equipe interprofissional, decidindo sobre a concessão de guarda provisória, bem como, no caso de adoção, sobre o estágio de convivência.”

Concluído esse estágio de convivência, a equipe se manifestará sobre ele<sup>182</sup> e o Ministério Público expedirá parecer, que será encaminhado ao Juiz responsável para prolatar a sentença, a qual vinculará a adoção para produzir seus efeitos legais.

No Brasil, qualquer pessoa pode adotar, independente do seu estado civil e se tiver acima de 18 (dezoito) anos de idade<sup>183</sup>. Se o adotado for maior de 12 (doze) anos, este deverá consentir com a adoção<sup>184</sup>. Nos casos em que a criança encontra-se em um abrigo, foi instituído pela Nova Lei de Adoção a Lei 12.010/2009 um período máximo de estadia, que é de 2 (dois) anos, salvo disposição da autoridade judiciária em contrário<sup>185</sup>.

Para se iniciar o processo de adoção, os adotantes devem preencher um cadastro nas Comissões Judiciárias de Adoção<sup>186</sup>, fornecendo todas as informações necessárias para preencher os requisitos legalmente exigidos e aguardar na fila de espera. Em regra, é obedecida uma ordem de preferência de acordo com o referido cadastro, com raras exceções, uma vez que este cadastro não pode prevalecer ou se sobrepor aos interesses do adotando.

É imprescindível, também, para a realização da adoção interna, o estágio probatório de convivência. Diferente da adoção internacional, no instituto da adoção nacional a Lei não dispõe sobre um prazo de duração deste estágio, ficando a critério do Poder Judiciário determiná-lo conforme cada caso concreto<sup>187</sup>. Inclusive, a autoridade judiciária pode dispensar esse estágio probatório se o adotando já

<sup>182</sup> Artigo 46, §4 do Estatuto da Criança e do Adolescente [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

<sup>183</sup> Artigo 42 da Nova Lei de Adoção [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm)

<sup>184</sup> Artigo 45 do Estatuto da Criança e do Adolescente [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

<sup>185</sup> Artigo 19, §2º da Nova Lei de Adoção [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm)

<sup>186</sup> Artigo 50 do Estatuto da Criança e do Adolescente [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

<sup>187</sup> Artigo 46, caput, do Estatuto da Criança e do Adolescente [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

estiver convivendo com os adotantes “sob a forma de tutela ou guarda legal por tempo suficiente que lhe permita avaliar a conveniência da constituição do vínculo”<sup>188</sup>.

Seja na adoção internacional ou na nacional, “o estágio de convivência terá acompanhamento de uma equipe a serviço da Justiça da Infância e da Juventude”<sup>189</sup> com o dever de apresentar “um relatório minucioso acerca da convivência entre os adotantes e o adotando, antes do deferimento da medida”<sup>190</sup> pelo Poder Judiciário.

Por fim, vale ressaltar que na adoção é possível a desistência somente no período do estágio mencionado, pois a formalização ainda não ocorreu. Tiramos como exemplo. Pode ocorrer, ainda, o cancelamento, pelo magistrado, da guarda ou do indeferimento da adoção. Depois de formalizada e concretizada a adoção, esta tem caráter irrevogável<sup>191</sup>.

### 3.4 Práticas Ilegais de Adoção Internacional de Menores

Como já exaustivamente mencionado, a adoção internacional é o último recurso para inserir uma criança em uma família de outra nacionalidade.<sup>192</sup> É, também, uma das formas mais discutidas de adoção, porque apresenta inúmeras opiniões divergentes.

Devido às várias denúncias surgidas de práticas ilegais na adoção internacional, os países foram obrigados a estabelecer regras mais rígidas para aumentar a fiscalização nos processos de adoção, no sentido de garantir mais segurança às crianças adotadas por estrangeiros<sup>193</sup>.

<sup>188</sup> Artigo 46, §1 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.html). Acesso em: 20/04/2013

<sup>189</sup> Artigo 46, § 4. Lei 8069/90. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20/04/2013

<sup>190</sup> Artigo 46, § 4. Lei 8069/90. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20/04/2013

<sup>191</sup> “O estágio de convivência da adoção”. Disponível em: <http://eduardoneivadv.blogspot.com.br/2011/05/o-estagio-de-convivencia-na-adocao.html>. Acesso em: 20/04/2013

<sup>192</sup> “A proteção do adotando na adoção internacional”. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7558](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7558). Acesso em: 20/04/2013

<sup>193</sup> “A proteção do adotando na adoção internacional”. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7558](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7558). Acesso em: 20/04/2013

Neste contexto, João Delciomar Galleti afirma que a adoção internacional possa ser apenas “um comércio de menores feito pelos chamados pseudo-adotante”. Seriam aqueles que se aproveitam da adoção com o objetivo de comercializar crianças em busca de vantagem financeira, o que viola integralmente o instituto da adoção<sup>194</sup>:

“(...) o pseudo – adotante vale- se do valor econômico de sua moeda e da cobiça dos agentes para obter lucros com o ato de adotar, desenvolvendo, paralelamente às adoções propriamente ditas e bem – intencionadas, um cenário negro e assustador da adoção internacional.”<sup>195</sup>.

As convenções internacionais aprovadas foram uma maneira de coibir e fiscalizar práticas ilegais no processo de adoção internacional. Neste sentido, destaca-se a “Convenção Interamericana sobre o tráfico Internacional de Menores”, ocorrida na Cidade do México em 1994, da qual aprofundaremos mais adiante.

No Brasil, como vimos nos tópicos anteriores, à legislação se tornou mais rigorosa para garantir a segurança da criança e a credibilidade ao instituto da adoção internacional. Seja o adotante nacional ou estrangeiro, ele terá que atender as várias exigências para certificar sua idoneidade para a adoção. E mesmo assim, pessoas de má-fé conseguem brechas na legislação para praticar ilicitudes com o instituto. Por exemplo, a novela “Salve Jorge” que foi baseada em histórias reais de brasileiras<sup>196</sup>, e a declaração do Ministério Público de Santa Catarina que disse ser necessário rever diversos processos de adoção por suspeitas do processo necessário não ter sido seguido à risca<sup>197</sup>.

---

<sup>194</sup> GATELLI, João Delciomar. Adoção Internacional de acordo com o Novo Código Civil. 2ª Edição. Curitiba: Juruá Editora, 2003. Pag 71

<sup>195</sup> GATELLI, João Delciomar. Adoção Internacional de acordo com o Novo Código Civil. 2ª Edição. Curitiba: Juruá Editora, 2003. Pag 28

<sup>196</sup> Brasil. Tráfico Humano: histórias reais que inspiraram a novela “Salve Jorge”. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI322576-17737-2,00> TRAFICO+HUMANO+HISTORIAS+REAIS+QUE+INSPIRARAM+A+NOVELA+SALVE+JORGE.html. Acesso em: 17/05/2013

<sup>197</sup> Brasil. Ministério Público de SC vai rever processos de adoções polêmicos. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/03/ministerio-publico-de-sc-vai-rever-processos-de-adocao-polemicos.html>. Acesso em: 17/05/2013

Isso só é viável se houver uma integração entre os países que são partes no processo da adoção internacional, o que ajuda a fiscalizar os falsos adotantes<sup>198</sup>.

Diante disso, os procedimentos para a adoção internacional devem ser rigorosos e cumprir os requisitos legais para inibir a adoção ilegal.

Com relação às práticas ilegais, para Valdir Sznick, na adoção internacional, mesmo com toda a burocracia do processo, há um grande perigo, que é a figura do intermediário. São pessoas físicas ou jurídicas que colaboram no processo de adoção. Existem as pessoas bem intencionadas e outras, mal intencionadas, que formam quadrilhas para cometer crimes, como, por exemplo, o sequestro de recém-nascidos e a falsificação de documentos<sup>199</sup>.

Ainda sobre as práticas ilegais, aponta Cláudia Fonseca que, em muitos casos, as mães vendem seus filhos. Antigamente, o Código de Menores, promulgado em 1979, permitia ao advogado organizar uma adoção por escritura para um casal estrangeiro: “trocava o consentimento da mãe biológica por alguma ajuda material” e, assim, entregava a certidão de nascimento do adotivo diretamente para o adotante, que legalmente dava-lhe um nome, tirava um passaporte e saía do País sem cometer nenhum crime<sup>200</sup>.

Essa prática ilegal foi banida com o endurecimento da legislação brasileira, que iniciou com o Estatuto da Criança e do Adolescente e depois com a Nova Lei de Adoção.

São muitas as preocupações em relação à adoção internacional e às práticas ilegais no processo, porque podem resultar no tráfico internacional de crianças, sequestro e venda de menores.

Entretanto, a grande preocupação em relação à adoção internacional é o tráfico internacional de menores. Muitas vezes os menores são

---

<sup>198</sup>“A proteção do adotando na adoção internacional”. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7558](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7558). Acesso em: 20/04/2013

<sup>199</sup> SZNICK, Valdir. Direito de Família, guarda de menores, tutela, pátrio poder, adoção internacional. 3ª Edição. São Paulo: Leud, 1999.

<sup>200</sup> FONSECA, Cláudia. Caminhos da Adoção. São Paulo: Cortez, 1995.

levados a outros países com promessas de uma vida melhor e mais digna, mas terminam obrigados a fazer trabalhos forçados e a se prostituírem. Muitas dessas crianças vão para o exterior com autorização dos pais ou responsáveis, mas sem serem legalmente adotados, o que representa tráfico de menores.

Nos tópicos seguintes, vamos tratar mais detalhadamente essas práticas ilegais, que por incrível que pareça, acontecem mais que imaginamos.

### 3.4.1 O Tráfico de menores

Tragicamente, o instituto tem servido para que bandidos atuem com o intuito de ganhar dinheiro em cima do processo de adoção, tal prática é chamada de tráfico<sup>201</sup>.

Os atos bárbaros praticados sobre a adoção transnacional são abomináveis, cabendo ressaltar que boa parte dos menores traficados são do sexo feminino<sup>202</sup>. Cláudia Marques conceitua o tráfico de menores no âmbito da adoção como:

“O processo visando à transferência internacional definitiva de adoção da criança de um país para outro, em que qualquer um dos envolvidos (pais biológicos, pessoas que detêm a guarda, as crianças, os terceiros ajudantes ou facilitadores, as autoridades ou os intermediários) recebe algum tipo de contraprestação financeira por sua participação na adoção internacional”<sup>203</sup>.

<sup>201</sup> O artigo 3 do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Palermo, 2000) define o tráfico como: “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso de força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração.”

<sup>202</sup> DEL’OLMO, Florisbal de Souza e ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. Direito de Família Contemporâneo e Novos Direitos: estudos em homenagem ao professor José Russo. Adoção Internacional: Reflexões na Contemporaneidade. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 36. “Investigação procedida pelo Ministério da Justiça e pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes no Brasil, no período de agosto de 2003 a outubro de 2004, intitulada “Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial – PESTRAF”, traz dados estupefacentes, que revoltam e requerem uma ação de juristas e autoridades em geral.”

<sup>203</sup> MARQUES, Cláudia Lima. A Convenção de Haia de 1993 e o Regime da Adoção Internacional no Brasil após a Aprovação do Novo Código Civil Brasileiro em 2002. In: Cadernos do Programa de Pós Graduação em Direito – PPGDir/UFRGS, v. II, n. IV, jun. 2004, Edição Especial – Inserção Internacional. Porto Alegre: PPGDir/UFRGS, 2004. p. 485.

O tráfico de humano aumentou consideravelmente pelo alto lucro dos “negócios”. Este delito tem seu “suporte” na omissão, por parte dos Estados, no controle de imigrantes internacionais<sup>204</sup>.

Apesar de todas as preocupações que giram em torno da adoção internacional, este mecanismo é o único caminho legal e seguro para que uma criança possa ter dignidade no exterior. Entretanto, quando a adoção perde o seu significado inicial, que é o interesse supremo do menor, para se transformar uma forma para satisfazer os interesses dos seres humanos, passam a surgir práticas ilegais, das quais transformam esses menores em mercadorias<sup>205</sup>.

O ECA, ao tentar inibir as práticas delituosas, prevê:

“Art. 239 - Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança e adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro: pena de reclusão de 4 a 6 anos e multa – incidem as mesmas penas a quem oferece ou efetiva a paga ou a recompensa”<sup>206</sup>.

Claudia Marques diz que os mecanismos brasileiros tem se mostrado “bastante protetivo dos direitos humanos das crianças e um eficaz sistema de combate aos perigos da adoção internacional, especialmente de combate ao tráfico de crianças, uma das mazelas brasileiras na década de 70-80 do século XX”<sup>207</sup>.

Acentua-se, que o Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA-, assim como indica o Código Civil, ainda é o *lex specialis* no tocante à Adoção Internacional.

---

<sup>204</sup> BASSIOUNI apud JESUS, Damásio Evangelista de. Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças – Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 13-4.

<sup>205</sup> JESUS, Damásio Evangelista de. Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças – Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 142

<sup>206</sup> Artigo 239. Lei 8069/90. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 30/04/2013

<sup>207</sup> MARQUES, Cláudia Lima. “Notícia sobre a Nova Convenção de Haia sobre Adoção Internacional: Perspectiva de Cooperação Internacional e Proteção dos Direitos das Crianças”. In: Igualdade. Revista Trimestral do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, Curitiba, Ministério Público do Estado do Paraná, ano IV, n. XI, p. 13, abr.-jun. 1996

### 3.4.2 Convenção Interamericana Sobre o Tráfico Internacional de Menores – Decreto 2.740 de 1998

Refletindo a preocupação mundial, esta convenção visa, segundo Jacob Dolinger, “prevenir e punir o tráfico internacional de menores, e regulamentar seus aspectos civis e penais, mediante a cooperação entre os Estados Partes” <sup>208</sup>. Ela alcança quem for menor de 18 anos<sup>209</sup>, que tenha sido retirada de sua casa habitual, para outro país, por pessoas estranhas que tenham como finalidade a práticas ilícitas com tais crianças<sup>210</sup>. Vale ressaltar, à luz da Convenção, para que ocorra crime, a retirada do menor deve ter sido feita por alguém que não seja seu responsável legal, ou pessoas que obtiveram desta permissão de forma escusa<sup>211</sup>.

No artigo 18, §1º é prevista a possibilidade de anulação da “adoção” advinda do tráfico, ou seja, quando é feita sem a contemplação da lei, onde os adotantes estrangeiros dizem ser, falsamente, pais biológicos do adotando. Não obstante, o artigo supracitado, bem como todos os outros, deve ter sua interpretação em conjunto com o Princípio do Melhor Interesse do menor (que é contemplado em toda a convenção), em que deve ser levada em consideração uma série de coisas, como o tempo em que este vive com os adotantes, se a criança vive em harmonia com os mesmo, e etc.

Esta Convenção, em suma, regulariza, numa perspectiva criminal, a retirada dessas crianças ilegalmente e sua residência habitual, determinando a

---

<sup>208</sup> DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado: a criança no direito internacional. Rio De janeiro: Renovar, 2003. P. 104

<sup>209</sup> Artigo 2 da Convenção: Esta Convenção aplicar-se-á a qualquer menor que resida habitualmente em um Estado Parte ou nele se encontre no momento em que ocorra um ato de tráfico internacional de menores que o afete. Para os efeitos desta Convenção, entende-se: a) por "menor", todo ser humano menor de 18 anos de idade; b) por "tráfico internacional de menores", a subtração, transferência ou retenção, ou a tentativa de subtração, transferência ou retenção de um menor, com propósitos ou por meios ilícitos; c) por "propósitos ilícitos", entre outros, prostituição, exploração sexual, servidão ou qualquer outro propósito ilícito, seja no Estado em que o menor resida habitualmente, ou no Estado Parte em que este se encontre; e d) por "meios ilícitos", entre outros, o seqüestro, o consentimento mediante coação ou fraude, a entrega ou o recebimento de pagamentos ou benefícios ilícitos com vistas a obter o consentimento dos pais, das pessoas ou da instituição responsáveis pelo menor, ou qualquer outro meio ilícito utilizado seja no Estado de residência habitual do menor ou no Estado Parte em que este se encontre.

<sup>210</sup> DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado: a criança no direito internacional. Rio De janeiro: Renovar, 2003. P. 104

<sup>211</sup> MÔNACO, Gustavo Ferraz de Campos. A proteção da criança no cenário internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. P. 175



colaboração dos Estados Membros, bem como estipula meios de cooperação entre esses com outros que não são partes, quando neste tiver uma vítima do tráfico.

Por fim, o Brasil ratificou esta convenção em 1997 e promulgada em 1998, pelo Decreto 2.740. Além do Brasil, outros países também ratificaram-na, como: Argentina, Panamá e Uruguai<sup>212</sup>.

## CONCLUSÃO

Neste último momento do trabalho de pesquisa, cabe encerrar a ideia desenvolvida afirmando que o instituto de Adoção Internacional no sistema brasileiro é um dos diversos caminhos que a sociedade moderna enfrenta, devendo aprofundar-se na busca pela proteção e dignidade, visando os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.

A adoção internacional tem sido tema de constante preocupação, o qual representa o único caminho legal e suficientemente seguro para garantir o bem-estar da criança em lares substitutos no exterior.

Fica claro que, em alguns casos, a adoção internacional se faz necessária, pois existem crianças em situação de carência e que não têm mais esperanças de encontrar adotantes nacionais, seja pela idade ou outro motivo qualquer, que realmente necessitam de uma família.

---

<sup>212</sup> DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado: a criança no direito internacional. Rio De Janeiro: Renovar, 2003. P. 105

Através do estudo sobre as principais convenções, vale ressaltar que ao se estabelecerem regras gerais aos países signatários, as convenções conseguem promover uma aproximação, tanto social, quanto econômica desses países.

No que diz respeito à adoção internacional e à Convenção de Haia, a questão ficou fácil de ser vislumbrada, pois a interação entre o país do adotante e do adotado, além de trazer solução para o impasse da nacionalidade da norma a ser aplicada e dos procedimentos a serem seguidos, torna a adoção internacional mais segura para o adotante e para o adotado.

Acerca desse assunto, João Delciomar Galleti discorreu em seu livro que as Convenções trazem medidas e procedimentos que possuindo ratificação é incorporado na legislação dos Estados. Hoje em dia, as convenções representam amplamente uma perspectiva de convergência de legislações internas que garantem ao adotado por estrangeiros direitos iguais aos que encontraria em seu país de origem.

Percebe-se que as leis brasileiras e os meios internacionais formam uma legislação que resguarda a segurança na adoção internacional, sempre visando o bem estar do adotando, sua proteção e dando ênfase aos seus direitos fundamentais que, como obrigação, são preservados no procedimento adotivo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta-se de grande importância para o menor, pois diante da ocorrência de tanta crueldade, em particular contra as crianças e adolescentes que constantemente são vítimas da exploração, do tráfico, da violência física, moral e sexual, até mesmo dentro de suas próprias casas e até por familiares, o Estatuto traz proteção e ajuda a impor limites à paternidade e à maternidade, que não são, nem devem ser sinônimos de poder ilimitado.

Felizmente nosso regulamento jurídico seguiu à risca este caminho. Como já dito, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Carta Magna, assim como a Nova Lei da Adoção são vistas pelo mundo como Leis adiantadas que fazem jus aos princípios e regras elencados nas convenções supracitadas.

Ainda, sobre a mesma temática, foi alcançado com a presente pesquisa que o instituto da adoção é benéfico aos menores abandonados ou órfãos, pois trouxe outra possibilidade de vida, convívio familiar, estudos e vida digna. As famílias estrangeiras vêm se aprimorando e ganhando cada vez mais amparo e credibilidade, dando novas oportunidades a crianças que, de outra maneira, encontrar-se-iam abandonadas, trilhando, ao invés do caminho da educação e do saber, o caminho do crime e da perdição.

Por fim, verifica-se que o instituto da adoção trilhou longo caminho de evolução, até que fosse concebido como medida apta a garantir uma família para quem não a tem, evidenciando, assim, seu caráter assistencialista à criança e ao adolescente.

Contudo, não se pode acreditar, sempre, que a simples criação de instrumentos jurídicos poderá mudar a precária exclusão e injustiça social. É preciso uma mudança de comportamento de toda sociedade para que as práticas ilegais e o tráfico de menores se tornem cada vez mais atípicos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.

BRASIL. Código Civil Brasileiro de 2002.

BRASIL, *Comentários a Nova Lei de Adoção*.  
<http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br/modules/noticias/makepdf.php?storyid=79>.

BRASIL, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.  
[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)

BRASIL, *Convenção Sobre os Direitos da Criança*.  
[www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/crianca.htm](http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/crianca.htm)

BRASIL. *Convenção de Haia de 1993*.  
<http://www.stf.jus.br/convencaohaia/cms/verTexto.asp?pagina=textoConvencao>.

BRASIL, *Comentários a Nova Lei de Adoção*.  
<http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br/modules/noticias/makepdf.php?storyid=79>.

BRASIL, *Declaração Universal do Direito da Criança*.  
[www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c\\_a/lex41.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm).

BRASIL. Notícia sobre a Nova Convenção de Haia sobre Adoção Internacional: Perspectiva de Cooperação Internacional e Proteção dos Direitos das Crianças. Site do Ministério Público do Paraná.  
[http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/telas/ca\\_igualdade\\_7\\_2\\_1.php](http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/telas/ca_igualdade_7_2_1.php)

\_\_\_\_\_. Decreto Lei 3087/1999 que Promulga a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional.  
[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm)

\_\_\_\_\_. Lei 12.010 de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis n<sup>os</sup> 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei n<sup>o</sup> 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n<sup>o</sup> 5.452, de 1<sup>o</sup> de maio de 1943; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei n<sup>o</sup> 60 de 1996 que promulga a Convenção Interamericana Sobre Conflitos de Leis em Matéria de Adoção de Menores.

\_\_\_\_\_. Decreto 99.710 que promulga a Convenção Sobre os Direitos das Crianças

\_\_\_\_\_. Decreto Lei n<sup>o</sup> 60 de 1996 que promulga a Convenção Interamericana Sobre Conflitos de Leis em Matéria de Adoção de Menores. Disponível em:  
[http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao\\_infancia\\_juventude/legislacao\\_geral/leg\\_geral\\_internacional/CONVEN%C3%87%C3%83O%20INTERAMERICANA%20Sobre%20CONFLITOS%20DE%20LEIS%20EM%20MAT%C3%89RIA%20D.htm](http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_infancia_juventude/legislacao_geral/leg_geral_internacional/CONVEN%C3%87%C3%83O%20INTERAMERICANA%20Sobre%20CONFLITOS%20DE%20LEIS%20EM%20MAT%C3%89RIA%20D.htm)

DOLINGER, Jacob. *Direito Internacional Privado: a criança no direito internacional*. Rio De janeiro: Renovar, 2003.

MARQUES, Cláudia Lima. “Notícia sobre a Nova Convenção de Haia sobre Adoção Internacional: Perspectiva de Cooperação Internacional e Proteção dos Direitos das Crianças”. In: *Igualdade*. Revista Trimestral do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, Curitiba, Ministério Público do Estado do Paraná, ano IV, n. XI, p. 13, abr.-jun. 1996

MÔNACO, Gustavo Ferraz de Campos. *A proteção da criança no cenário internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

BARREIRA, Vera Maria Jutahy. *Adoção Internacional, direito comparado e normas estatutárias*: Estudos jurídicos-sociais. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

COSTA, Tarcísio José Martins. *Adoção Transnacional – Um Estudo Sócio-Jurídico e Comparativo da Legislação Atual*. Belo Horizonte. Del Rey: 1998

LIBERATI, Wilson Donizeti, *Adoção Internacional*. São Paulo: Malheiros Editores, 1995

JÚNIOR, João Carlos Leal. *Revista de Direito Constitucional e Internacional ano 18 vol. 72*. Ed. Rio de Janeiro, Editora Revista dos Tribunais, 2010.

JATAHY, Vera Maria Barreira. *A adoção Internacional: o direito comparado e as normas estatutárias*. Rio de Janeiro: Renovar. 1992.

RODRIGUES, Silvio. *Direito civil: direito de família*. 27. ed. atual. por Francisco José Cahali, com anotações ao Novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10-1-2002). São Paulo: Saraiva, 2002

DINIZ, Maria Helena. *Direito Civil Brasileiro. Direito de Família*. 21 ed, São Paulo: Saraiva, 2006. p. 498

GATELLI, João Delciomar – *Adoção Internacional*

LEITE, Eduardo de Oliveira (Coord.) e MARQUES, Claudia Lima – *Grandes Temas da Atualidade – Adoção – Aspectos Jurídicos e Metajurídicos. A Subsidiariedade da Adoção Internacional: Diálogo entre a Convenção de Haia de 1993, o ECA e o Novo Código Civil Brasileiro*. 1ªed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, pág. 59.